



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA**  
**DEPARTAMENTO DE TURISMO**

**Olivia Cerri**

**O PANORAMA DO CRESCIMENTO DO TURISMO EM LAPINHA DA SERRA,  
SANTANA DO RIACHO/MG E SEU REFLEXO SOCIOAMBIENTAL**

**Ouro Preto (MG)**

**2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

**Olivia Cerri**

**O PANORAMA DO CRESCIMENTO DO TURISMO EM LAPINHA DA SERRA,  
SANTANA DO RIACHO/MG E SEU REFLEXO SOCIOAMBIENTAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharela de Turismo.

Orientador: Dr. Bernardo Machado Gontijo (UFMG)

Coorientadora: Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho (UFOP)

**Ouro Preto, 2021**

**Olivia Cerri**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C417o Cerri, Olívia.

O panorama do crescimento do turismo em Lapinha da Serra, Santana do Riacho/MG e seu reflexo socioambiental. [manuscrito] / Olívia Cerri. - 2021.

73 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Gontijo.

Coorientadora: Profa. Dra. Alissandra Carvalho.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo - Lapinha da Serra (Santana do Riacho, MG). 2. Emigração e imigração - Transmissão cultural. 3. Emigração e imigração - Movimentos migratórios. 4. Turismo cultural - Comunidade receptora. 5. Turismo - Planejamento comunitário. I. Carvalho, Alissandra. II. Gontijo, Bernardo. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Olivia Cerri

**O panorama do crescimento do turismo em Lapinha da Serra, Santana do Riacho, MG e seu reflexo sócioambiental**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo.  
Orientadora: Alissandra Nazareth de Carvalho.

Aprovada em 23 de abril de 2021.

Membros da banca

Profª. Dra. Alissandra Nazareth de Carvalho, orientadora, UFOP/MG

Prof. Dr. Rodrigo Burkowski, UFOP/MG

Prof. Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho, UFOP/MG

Alissandra Nazareth de Carvalho, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 30/04/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Alissandra Nazareth de Carvalho, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/04/2021, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Eustaquio Fonseca Filho, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 14/05/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0166029** e o código CRC **38C40BE2**.

Escuta o teu coração, ele conhece todas as coisas;  
pois onde ele estiver, é onde está o teu tesouro.  
(Paulo Coelho)

Entrego,  
Confio,  
Aceito,  
E agradeço  
(Ho'oponopono)



## AGRADECIMENTOS

Produzir esse trabalho se tornou um desafio imensamente maior do que o deveria ter sido pra mim. Logo eu, que sempre escrevi com tanta facilidade e gosto! Acredito que certas coisas na vida surgem para nos mostrar outras e eu precisei mostrar pra mim mesma que eu tinha direito sim de me entregar para algo que me torna tão vulnerável, pois esse trabalho pareceu ter vencido de mim inúmeras vezes. Eu, que amo o turismo e me encontrei no curso e na atuação. Por diversas vezes eu desisti. Mas devo esses agradecimentos a pessoas que me levaram força e me mostraram que eu era muito maior que os processos ansiosos que em mim se instalaram por causa desse trabalho:

Primeiro preciso agradecer a Grazi, amiga que o curso me deu e sou grata ao universo por ter realizado esse encontro. Não só na monografia, mas durante todo o curso, dentro e fora de sala de aula, sempre me acolhendo e me ajudando em tudo. Obrigada não só a você como a sua família também! A Letícia (Juke) digo as mesmas palavras! Sempre me apoiando e me mostrando como sou mais forte do que penso dentro e fora da sala de aula.

Ao Tarso e Valerinha, minha segunda família! Não tenho nem palavras para descrever o quanto sou grata a vocês por terem me acompanhado em cada momento da graduação e da vida. Presentes que a Lapinha me deu!

Agradeço também à Luiza Lambert, amiga de tantos anos, fruto da Lapinha! Obrigada por sempre me instigar a ser uma pessoa melhor e por me dar forças com tanto cuidado principalmente com a monografia. Você com certeza me ensinou que devo me acolher quando necessário e que tá tudo bem não estar bem.

Agradeço imensamente a Zelda que esteve ao meu lado desde o início, inclusive me sugerindo o tema. Deu-me forças durante todo o processo me mostrando que eu era capaz e não só no apoio moral, mas também tirando tempo para sentar comigo, ler tudo, sugerir, criticar, mostrar outros caminhos. Foi um dos meus apoios mais importantes durante o processo. E também a Mari, que junto com a Zelda, leram tudo e me mostraram como minimizar as minhas dificuldades, me permitindo chegar ao formato que está. Gratidão imensa a essas duas mulheres maravilhosas!

A todas as meninas das Repúblicas Bombocado e Virada pra Lua que me viram viver momentos de escrita e que fizeram parte do meu universo da graduação me trazendo momentos incríveis, muita amizade e cumplicidade, toda a minha gratidão!!!

A Pretinha, minha sócia que chegou no final.. mas logo no final!! Que foi a parte mais desafiadora e foi tão fundamental em me tranquilizar, colocar meu pé no chão e me mostrar que seria sim só mais uma tarefa a ser cumprida com sucesso. Obrigada e que venham anos pela frente de Empório!

Ao Detur e ao Catur por terem me proporcionado momentos de muito aprendizado, dedicação, projetos cumpridos, laços criados, e terem tido responsabilidade em me transformar em uma pessoa melhor. Muito obrigada!

Aos professores do departamento de turismo da UFOP, em especial, Alissandra e Ricardo, que me acolheram e acreditaram no meu potencial por diversas vezes mesmo quando nem eu acreditava mais. Não tenho palavras para descrever o quanto vocês são bons e amam o que

fazem. A educação agradece a vocês por terem optado por seguir esse caminho! E eu também, por ter tido a chance de aprender com vocês!

Ao meu orientador Bernardo, por ter sempre ter me apoiado, me ajudado dialogando com cuidado e que teve muita paciência com minhas dificuldades e anseios. Obrigada!

Aos professores que toparam fazer parte da minha banca, ler e fazer contribuições para o trabalho: Rodrigo e Ricardo, muito obrigada!

A Lapinha da Serra como um todo, gratidão por ser o meu lugar no mundo desde que eu me entendo por gente. Aonde quer que eu esteja o meu pensamento se volta para a Lapinha. Lugar onde cresci que me proporcionou muitos dos melhores momentos da minha vida. Se hoje estou me formando em turismo, com certeza o que me instigou a escolher o curso foi viver o turismo na Lapinha.

Por último e motivo da minha maior gratidão: meus pais e meu irmão. Eu amo vocês mais que tudo nessa vida e nada teria sido possível sem vocês do meu lado. A cada desafio, a cada sorriso, a cada choro, a cada nota, a cada projeto. Com vocês a vida com certeza se torna mais leve. Obrigada por acreditarem em mim e me mostrarem que eu sou capaz de qualquer coisa. Essa é pra vocês!!! #odiplomavem.

## RESUMO

O presente estudo aborda a inserção da atividade turística em pequenos povoados tendo como foco os atrativos naturais. Trata-se de um estudo de caso correlacionado aos impactos gerados pelo crescimento acelerado do turismo na Lapinha da Serra, distrito de Santana do Riacho – MG. Desde os anos 1990, este território sofreu grandes mudanças estruturais, sociais e econômicas, tanto positivas quanto negativas advindas do turismo. Para tanto, objetiva-se aqui a análise e identificação destes impactos socioambientais. Para que fossem alcançados os objetivos a metodologia utilizada se baseou em pesquisa bibliográfica, de campo além de buscas de dados através de instituições e Figuras importantes que fizeram parte desde o princípio do processo de “turistificação” da comunidade. Identificou-se que a Lapinha apresenta uma dualidade por possuir fatores que elevam a qualidade de vida da comunidade e, ao mesmo tempo, necessita de acompanhamento para que o turismo ordenado minimize os impactos na qualidade de vida dos autóctones.

**Palavras-chave:** Lapinha da Serra, transmissão cultural, movimentos migratórios, comunidade receptora, planejamento comunitário.

## ABSTRACT

The present study addresses the insertion of tourist activity in small villages, focusing on natural attractions. This is a case study correlated to the impacts generated by the accelerated growth of tourism in Lapinha da Serra, Santana do Riacho district - MG. Since the 1990s, this territory has undergone major structural, social, and economic changes, both positive and negative arising from tourism. To this end, the objective here is to analyze and identify these socio-environmental impacts. In order to achieve the objectives, the methodology used was based on bibliographic research, in the field, as well as data searches through important institutions and figures who were part of the beginning of the “touristization” process of the community. It was identified that Lapinha has a duality because it has factors that increase the quality of life of the community and, at the same time, needs monitoring so that orderly tourism minimizes the impacts on the quality of life of the natives.

**Keywords:** Lapinha da Serra, Cultural transmission, Migration movements, Receiving community, Community planning

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

<b>Quadro 1</b> - Idade, Nível de instrução e Sexo dos entrevistados .....	35
<b>Tabela 1</b> - Levantamento de número total de casas na Lapinha da Serra em 2018 .....	54
<b>Tabela 2</b> - Demonstração do aumento do número de estabelecimentos e leitos existentes na Lapinha .....	56
<b>Tabela 3</b> - Demonstração do aumento do número de moradores, comércios, domicílios e turistas na Lapinha .....	56

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de localização e acesso da Lapinha da Serra - MG .....	22
<b>Figura 2:</b> Imagem de satélite da Lapinha da Serra – MG .....	23
<b>Figura 3:</b> Impactos Socioambientais Provocado pelo Turismo em Comunidades.....	28
<b>Figura 4:</b> Dados socioambientais dos moradores da Lapinha da Serra.....	31
<b>Figura 5:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 5 (apêndice I) da entrevista.....	38
<b>Figura 6:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 6 (apêndice I) da entrevista.....	38
<b>Figura 7:</b> Local que os entrevistados relataram usar para lavar roupas antes do encanamento da água.....	39
<b>Figura 8:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 7 (apêndice I) da entrevista.....	40
<b>Figura 9:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 8 (apêndice I) da entrevista.....	40
<b>Figura 10:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 10 (apêndice I) da entrevista..	42
<b>Figura 11:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 12 (apêndice I) da entrevista..	43
<b>Figura 12:</b> Autora em Roda de Batuque, 2015.....	44
<b>Figura 13:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 14 (apêndice I) da entrevista..	44
<b>Figura 14:</b> Autora no festejo do Boi da Rede em 2004. Fantasia do boi referente em 2004. .....	45
<b>Figura 15:</b> Festejo Boi da Rede. Momento em que o boi pula na água. ....	45
<b>Figura 16:</b> Cartaz de divulgação de Festa Junina da Lapinha em 2006 .....	46
<b>Figura 17:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 19 (apêndice I) da entrevista..	49
<b>Figura 18:</b> Centro da Lapinha da Serra em 1983 .....	51
<b>Figura 19:</b> Centro da Lapinha com segunda capela em construção .....	52
<b>Figura 20:</b> Centro da Lapinha com sua paisagem atualmente.....	52
<b>Figura 21:</b> Foto de vista da vila da Lapinha pelo ponto de vista da montanha tirada no princípio dos anos 2000.....	53
<b>Figuras 22 e 23:</b> Fotos da vista da vila da Lapinha a partir da serra, em 2010 (esquerda) e 2021 (direita). ....	54
<b>Figura 24:</b> mapa de zoneamento da Lapinha da Serra - MG.....	56
<b>Figura 25:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 9 (apêndice I) da entrevista...58	
<b>Figura 26:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 23 (apêndice I) da entrevista..60	
<b>Figura 27:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 25 (apêndice I) da entrevista..61	
<b>Figura 28:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 24 (apêndice I) da entrevista..61	
<b>Figura 29:</b> Gráfico referente às respostas da pergunta 28 (apêndice I) da entrevista..63	

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**APA** – Área de Proteção Ambiental

**DETUR** – Departamento de Turismo

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**MG** – Minas Gerais

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**PARNA** – Parque Nacional

**SNUC** – Sistema Nacional de Conservação da Natureza

**UC** – Unidade de Conservação

**UFOP** – Universidade Federal de Ouro Preto

**MTur** – Ministério do Turismo

**AAL** – Associação de Amigos da Lapinha

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO I: A Lapinha da Serra em seu Contexto Histórico / Ambiental</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.1 A Formação do vilarejo Lapinha da Serra.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.2 O Processo de Fomento das Leis Ambientais: Reservas Ambientais e Unidades de Conservação.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO II: O Processo de Turistificação da Lapinha da Serra</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1 Os Impactos Socioambientais provenientes do Turismo em Áreas de Proteção	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 A Descoberta do vilarejo Lapinha da Serra pelos Turistas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO III: A Nova Década da Lapinha da Serra: Turismo, Infraestrutura e Impactos</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.1 Metodologia.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.2 Perfil dos Entrevistados .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.3 O Processo de Turistificação e sua Influência no Estilo de Vida da População do Vilarejo Lapinha da Serra.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3.4 A Constituição do Processo de Ocupação do Solo: Planejamento Urbano, Turístico e Estrutural .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Apêndice I: Questionário - Entrevista .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Apêndice II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## INTRODUÇÃO

Situado no perímetro da Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira, o vilarejo Lapinha da Serra está localizado no município de Santana do Riacho – Minas Gerais (MG), em meio à Serra do Espinhaço, onde sua principal característica tem ênfase na exuberância natural, que atrai milhares de turistas.

O vilarejo possui em seu cartão postal a represa conhecida como Lagoa da Lapinha, e uma paisagem marcada pelo maciço da Serra do Breu, que possui uma beleza diferenciada devido à sua altitude e formato. Dois picos se destacam - o menor denominado como “da Lapinha”, que possui 1.591 metros de altitude, e o maior deles denominado como “Do Breu”, que possui 1.687 metros e encontra-se logo atrás do primeiro. Ambos possuem trilhas as quais os visitantes e moradores conseguem acessar seus topos e desfrutar a paisagem cênica. Era através de trilhas como essas que, antigamente, os tropeiros realizavam o transporte dos produtos de troca. Deste modo, é coerente dizer que este local serviu de objeto de estudos em diversas áreas, devido às suas condições geográficas, geológicas, antropológicas, sociais etc., fazendo-se conceber a importância deste lugar.

Diante de um cenário globalizado, a investigação do turismo em pequenas comunidades se faz necessária para a avaliação dos recursos utilizados para este fim, compreendendo a forma com que a “turistificação”, que é “quando um espaço é apropriado pelo turismo, fazendo com que haja um direcionamento das atividades para o atendimento dos que vem de fora, alterando a configuração em função de interesses mercadológicos” (ISSA e DENCKER, 2006) influencia nos modos de vida dos autóctones. Não obstante, é coerente avaliar os impactos socioambientais causados, pois, segundo Santos (2003), a sociedade reflete sistematicamente as transformações aceleradas advindas do consumismo e de novas tecnologias, obtendo um potencial destrutivo que poderá ser um gatilho para a descaracterização cultural.

Neste sentido, o turismo poderá vir a representar uma base econômica unitária, que se manifesta de forma positiva e/ou negativa. “Por ser um fenômeno de múltiplas facetas, penetra em muitos aspectos da vida humana, quer de forma direta, quer indireta” (REJOWSKI, 2000, p.18).

O turismo possui um importante papel em aspectos econômicos, sociais e culturais, sendo necessário reconhecer as percepções dos residentes (Krippendorf, 1989) para uma maior avaliação das políticas públicas, vislumbrando uma coerência entre necessidades e

turismo. Theobald (2002) afirma que, ao longo da história, o turismo provocou impacto sobre tudo e todos que possuíam contato com ele, pois, em um cenário ideal, estes impactos deveriam ocorrer de forma positiva tanto para área de destino quanto aos seus residentes. Com isto, os impactos positivos significariam uma promoção local, fazendo-se preservar a cultura e os recursos ambientais, ou seja, teoricamente o turismo deveria produzir ganhos acima dos custos.

Segundo Lickorish (2000), é necessário que se reconheça a população local como herança cultural, sendo como parte o merecimento de proteção. Este autor acredita que o turismo pode ser causador de algumas problemáticas como “transformar a hospitalidade típica de muitos países em práticas comerciais que levam os fatores econômicos a suplantarem o relacionamento pessoal” (idem, p. 107). Sendo assim, efeitos podem surgir, como por exemplo comportamentos meramente consumistas, mendigação, prostituição, consumo e tráfico de drogas, dentre outros. Contudo, “seria errado culpar o turismo por todos esses problemas, que também estão ligados às mudanças sociais que afetam as comunidades no processo de modernização. O turismo acelera o processo, mas não o cria” (ibidem, p. 107-108).

Diante da crescente demanda por regiões tranquilas onde a predominância da natureza é uma característica incontestável, o turismo pode vir a ser prejudicial para a comunidade local, desencadeando danos socioambientais, como aconteceu em Lavras Novas (MG), onde, segundo Cordeiro (2008), houve compactação do solo diminuindo a capacidade de retenção de água, erosão do solo, abertura de novas trilhas influenciando a fauna e a flora, gerou dificuldades com o abastecimento da água e destinação do lixo e distúrbios sonoros, visuais e olfativos.

Dados os fatos, é possível observar neste estudo que a principal fonte de aquecimento da economia na Lapinha da Serra tem sido o turismo, influenciando a estrutura local, que tem sofrido corriqueiras adaptações para suprir a demanda. Para tanto, esta pesquisa visa investigar estes fatores que impactaram a região, sendo o objetivo geral a fomentação de um panorama sobre o crescimento do turismo na região e seus impactos socioambientais, a fim de compreender como o turismo contribuiu para efetivas mudanças no vilarejo e, conseqüentemente, a reação dos autóctones perante este fenômeno global.

Conforme dito anteriormente, a chegada do turismo em pequenas comunidades pode ser responsável por modificar o estilo de vida dos autóctones em vários âmbitos. Souza (1999) menciona questões norteadoras correlacionadas à prática do turismo como meio de

desenvolvimento local enfatizando perguntas tais como: Quem ganha? Quem poderá perder com essa atividade? Quais os grupos envolvidos? Qual poderá ser a natureza do turismo? Desta maneira, é relevante e coerente analisar características sociais das comunidades envolvidas, analisando seus anseios, dificuldades e contribuições ao processo de turistificação.

Não obstante, os objetivos específicos estão pautados na identificação e compreensão do contexto histórico social, das leis ambientais que resguardam suas características naturais, bem como na análise do processo de turistificação do vilarejo e os impactos gerados desde o princípio, sendo este processo responsável pela alteração no modo de vida da comunidade receptora.

A metodologia consta de uma pesquisa qualitativa, ou seja, “possui um objetivo pautado na compreensão do comportamento e experiência humana, investigando os processos pelos quais os homens constroem seus significados, visando à descrição dos mesmos” (KUDE, 2002, p. ?). Segundo Minayo (1994, p. 21), “a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, existe uma preocupação com o processo e o pesquisador está em contato direto e prolongado com a realidade e com os sujeitos a serem investigados”. Desta maneira, a pesquisa foi efetivada em dois momentos: primeiro a elaboração de um questionário, e em segundo momento uma pesquisa baseada nos assuntos do questionário estruturado (Apêndice I), podendo assim estabelecer parâmetros que possibilitaram uma análise em categorias.

Diante do exposto, este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo refere-se à questão do contexto histórico e ambiental da Lapinha, podendo assim enfatizar seu crescimento e fomentação de leis. O segundo capítulo apresenta argumentos acerca do processo de turistificação e como este foi constituído, contextualizando os impactos causados em áreas de proteção ambiental e formulando um entendimento da consolidação de políticas que assegurem direitos dos autóctones e turistas. O terceiro capítulo aborda o objeto geral da pesquisa, alinhando a teoria dos capítulos antecedentes aos resultados que as entrevistas trouxeram, compreendendo a área de desenvolvimento da pesquisa que se baseia no panorama do crescimento do turismo e os impactos socioambientais.

## **CAPÍTULO I: A Lapinha da Serra em seu Contexto Histórico / Ambiental**

Para melhor entendimento do objeto de estudo aqui proposto, se faz coerente abordar o contexto histórico da formação do vilarejo Lapinha da Serra – MG, possibilitando ao leitor a compreensão dos aspectos que influenciaram esta pesquisa. Desta forma, pode-se então analisar sucessivamente o processo de formação das leis que regem este vilarejo, pois ele é reconhecido pelo seu acervo natural, o que condiciona o crescente número de visitantes e/ou proprietários na região. Não obstante, é válido mencionar que a análise da história e dos processos de formação de uma determinada localidade viabiliza a caracterização e a interpretação dos agentes externos e internos que influenciam sua construção/concepção urbana.

### **1.1 A Formação do vilarejo Lapinha da Serra**

O conhecimento de um lugar ao qual se deseja aprofundar estudos é coerente para a compreensão de sua formação cultural, estrutural, econômica, etc. Neste sentido, a historiografia possibilitou à pesquisadora uma maior dinamicidade do objeto de estudo, passando a existir a diversidade de conceitos que contribuem para narrativas concretas que não se baseiam apenas em hipóteses.

A Nova História, em suas diversas expressões, contribuiu para renovação e ampliação do conhecimento histórico e dos olhares da história, na medida em que foram diversificados os objetos, os problemas e as fontes. A História Regional constitui uma das possibilidades de investigação e de interpretação histórica. (...) Através da História Regional busca-se aflorar o específico, o próprio, o particular (OLIVEIRA, 2003. p. 15).

Com isto, tornou-se indispensável estudar aspectos até então excluídos das narrativas acadêmicas, fazendo-se ampliar a visão de uma determinada localidade através das pessoas e de suas concepções. Segundo Rafael Samuel (1990), a história local agrega um conhecimento diferenciado daquele focalizado em nível nacional, dando ao pesquisador uma ideia instantânea de passado, pois esta é compreendida e encontrada em lugares comuns como esquinas e ruas, podendo ser ouvida despropositadamente em ecos no mercado, em grafites etc. Diante dos fatos apresentados, compreende-se aqui uma contextualização histórica do povoado de Lapinha da Serra em Minas Gerais para melhor entendimento da realidade vivida atualmente.

Primeiramente deve-se evidenciar a falta de registros que possibilitam uma melhor compreensão dos aspectos históricos do vilarejo Lapinha da Serra. Diante disto, apresenta-se aqui uma contextualização conforme estudos que permitiram a compreensão de sua história e formação. Gontijo (2003) destaca que perante essa situação é coerente que se busque reminiscências de habitantes e pessoas mais velhas da região, o que pode ser vago, mas reflete o estilo de vida e a essência local, não fugindo de sua dinâmica ou o que se espera, habitualmente, do interior de Minas do século XX.

Em 1759 foi construída uma capela no atual povoado de Lapinha da Serra, que pertencera à Conceição do Mato Dentro, até então Comarca do Serro Frio, impulsionando a consolidação do povoado. Caracterizada pela agricultura e pela existência de fazendas nesta região, os trabalhadores locais começaram a construir casas, obtendo o sustento a partir do cultivo de cana de açúcar, milho, arroz e feijão (GUIMARÃES, 1991 apud GONTIJO, 2003).

A criação de animais também era predominante, compreendendo assim o consumo doméstico daquela época. Este fato se faz refletir a influência do trabalho controlado voltado ao cultivo de café e cana de açúcar no Brasil, prevalecendo uma ideia de trabalho familiar, ocasionando assim a construção de vilas e povoados em diversas regiões como Minas Gerais.

No caso do Brasil, embora parte do fluxo migratório tenha ocorrido de forma espontânea, a maioria dos imigrantes veio em função dos subsídios oferecidos. Estes subsídios procuravam atrair, sobretudo, trabalhadores para o café; neste caso, a ênfase recaía sobre os grupos familiares, que tornariam menos problemática a questão do controle do trabalho. Alternativamente, os imigrantes atraídos para o Brasil dirigiam-se para colônias de pequenos agricultores; novamente, o foco era colocado sobre a família, entendida como unidade de produção que tornaria viável a exploração do lote agrícola[...] Em primeiro lugar, embora Minas Gerais contasse com a maior população entre os estados brasileiros, ela era relativamente rarefeita, o que provocava uma situação em que os trabalhadores livres podiam contar com terras relativamente fartas para prover sua subsistência por conta própria, sem terem que se submeter ao trabalho para outrem. Neste contexto, a introdução de novos contingentes populacionais direcionados para determinadas áreas do estado poderia auxiliar na diminuição deste contingente de terras livres à disposição daqueles que não queriam se submeter a relações formais de trabalho. Por outro lado, a vinda de imigrantes europeus foi sempre encarada como parte de um processo de educação do produtor agrícola mineiro. Para a elite mineira, o estado apresentava um enorme potencial que estava sendo subutilizado em função do desconhecimento ou da resistência em utilizar técnicas mais eficientes de exploração da terra (BOTELHO, 1998, p. 2-7).

Já em 1821 houve o mapeamento da fazenda “Lapinha”, localizada nas proximidades do rio das Pedras e do rio Parauninha, fato efetuado pelo metalurgista e mineralogista alemão Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (GONTIJO, 2003), facilitando assim a compreensão da territorialidade do local. Ainda segundo Gontijo (2003), no início do sec. XX o Arraial de Santana do Riacho não mais fizera parte de Conceição do Mato Dentro, mas de Santa Luzia.

De acordo com o autor algumas mudanças se sucederam na região como a construção da usina Coronel Américo Teixeira:

Os estudos preliminares para a construção da usina Coronel Américo Teixeira iniciaram-se na segunda metade dos anos quarenta, a partir da compra de duas fazendas pela Cia. Têxtil de Belo Horizonte em 1947. O enchimento da represa em 1950, na cota altimétrica de 1107 metros, preservou o casario então existente em Lapinha, casario que correspondia à fazenda do Velho Leonel e de seus familiares. Analisando-se mapas da época referentes à área de enchimento, percebem-se 26 construções na área que hoje corresponde ao núcleo de Lapinha, incluindo a fazenda de Seu Zé Juquinha. Por essa época, a vida de Lapinha era ditada pela palavra do “Velho Leonel Pinto” (GONTIJO, 2003, p. 69).

Com a abertura da estrada de terra em 1990 que interliga Lapinha da Serra à Santana do Riacho, o acesso ao vilarejo se tornou mais viável no ponto de vista turístico, entretanto, após reuniões com autóctones no ano de 2014, a decisão de sua pavimentação não fora concretizada a pedido deles, não utilizando assim a verba destinada para este fim, pois os moradores queriam reforçar o aspecto tradicional da localidade.

Atualmente pode-se dizer que a principal atividade econômica na Lapinha tem sido o turismo, e com isso a estrutura local tem sofrido uma série de adaptações para conseguir atender a demanda. O número de casas triplicou na última década, assim como o número de estabelecimentos comerciais e com isso a originalidade do local poderá, cada vez mais, se dissipar. Pressupõe-se que a economia depende cada vez mais da oferta e prestação de serviços para turistas e compradores de outros locais, não sendo a agricultura de subsistência uma única opção.

No contexto turístico, é válido dizer que a região possui um grande potencial advindo das cachoeiras, montanhas, natureza, possibilitando o ecoturismo neste local, o que faz compreender o crescente número de turistas no vilarejo em sua última década. Neste sentido, é fundamental que se faça uma contextualização desta área pelo fato de fazer parte de uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável.

## **1.2 O Processo de Fomento das Leis Ambientais: Reservas Ambientais e Unidades de Conservação**

É notório que o Brasil se tornou um dos principais países emergentes que está em crescente avanço na economia. Este avanço veio principalmente através dos recursos naturais. Entretanto, sabe-se que estes recursos poderão se esgotar devido ao uso errôneo e a falta de fiscalização adequada, fazendo-se questionar a gestão e as leis que garantem a preservação.

Segundo Figuerôa, Ramos e Araújo (2009), diante de acontecimentos neste sentido foram fomentadas as primeiras ações de proteção, estas iniciativas modernas preservacionistas foram datadas especificamente em março de 1872, criando oficialmente a primeira unidade de conservação, o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, com o intuito de se preservar para que as próximas gerações pudessem usufruir. Ainda segundo os autores, a fomentação das UCs criadas por órgãos públicos possui o intuito de proteger áreas naturais consideradas relevantes, sendo uma forma efetiva disponível à sociedade.

As unidades de conservação cumprem uma série de funções cujos benefícios são usufruídos por grande parte da população brasileira – inclusive por setores econômicos em contínuo crescimento, sem que se deem conta disso. Alguns exemplos: parte expressiva da qualidade e da quantidade da água que compõe os reservatórios de usinas hidrelétricas, provendo energia a cidades e indústrias, é assegurada por unidades de conservação. O turismo que dinamiza a economia de muitos dos municípios do país só é possível pela proteção de paisagens proporcionada pela presença de unidades de conservação. O desenvolvimento de fármacos e cosméticos consumidos cotidianamente, em muitos casos, utilizam espécies protegidas por unidades de conservação (FIGUERÔA; RAMOS; ARAÚJO, 2009, p. 6).

No Brasil, a noção de preservação se deu de forma gradativa, podendo exemplificar seu começo. Segundo Barros e Barbosa (2015), a partir da chegada da família Real Portuguesa, no período caracterizado como colonial, se adotou a criação de jardins e hortos. Mais tarde, ainda no século XIX, o conservacionista André Rebouças deliberou a criação de parques, entretanto somente em 1937 foi instituído o primeiro parque brasileiro: o “Parque Nacional do Itatiaia”, sendo que nessa primeira fase, as UCs começam a ser criadas no Brasil e no mundo, o interesse em conservar estava focado na beleza cênica dos lugares” (BARROS; BARBOSA, 2015. p. 280). Neste sentido, fica explícito que a noção de proteção de áreas naturais não estava ligada à conservação de espécies naturais, mas sim à estética que estas criações poderiam provocar na sociedade da época. Anos depois, esta ideologia foi se dissipando.

Hoje, 78 anos após a criação da primeira unidade de conservação no Brasil, observa-se que foram muitos os progressos na criação e gerenciamentos das UCs, uma vez que o Brasil tem, hoje, 8% de seu território nacional protegido por UCs federais. O país contabilizava 596 unidades de conservação, ou seja, 99,7 milhões de hectares protegidos. É um número bastante expressivo em extensão, entretanto precisa-se levar em consideração que muitas dessas áreas não possuem ou possuíam um plano de manejo que atenda todas as necessidades da UC, para que ela venha cumprir integralmente a função de proteção (BARROS; BARBOSA 2015, p. 280 apud FIGUERÔA; RAMOS; ARAÚJO, 2009, p. 11).

Atualmente, há órgãos que são responsáveis pela gestão, fiscalização e manutenção de áreas protegidas em âmbito municipal, estadual e federal. Neste sentido, o potencial econômico correlacionado a extrações (mineral, flora, água e outras), turismo, e outras

atividades de uso público, podem ser responsáveis pela perda da biodiversidade e da geodiversidade. Sendo assim, as UCs são responsáveis por criar e gerenciar áreas de conservação, conforme regulamentação pelo SNUC (Sistema Nacional de Conservação da Natureza), instituído pela Lei Federal 9.985/2000, em seu Artigo 2º:

I - Unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e 2 Pequeno espaço de terreno onde se cultivam as plantas próprias de jardim limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, p. 13).

Dados os fatos, é válido dizer que este trabalho dará atenção especial ao vilarejo Lapinha da Serra em Minas Gerais, que faz parte de uma UC de uso sustentável, a APA Morro da Pedreira, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O ICMBio foi criado em agosto de 2007, regido pela Lei nº 11.516, relacionando suas funções à proteção do patrimônio natural e promoção do desenvolvimento socioambiental, tendo como competências: apresentar e editar normas e padrões de gestão; propor a criação, regularização fundiária e gestão de UCs e apoiar a implementação do SNUC.

O Instituto tem como objetivo também, disseminar a educação ambiental no país, podendo então realizar programas de pesquisa que envolvam a população local. Para que haja qualidade nos projetos realizados pelo órgão, devem-se obter conhecimentos amplos desde o processo de formação dos territórios até como se deu a interação entre os elementos que fizeram parte dele. Deste modo, as manutenções realizadas serão sempre adequadas ao contexto dos locais.

A Lapinha da Serra apresenta em seu território zonas rurais e urbanas sendo que cada uma tem a sua regulamentação. De acordo com Souza (1995, p. 81), os “territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica”, portanto, estabelecem uma ordem, mas, podem sofrer constantes modificações contanto que estejam em acordo com o poder acima citado e de maneira legal.

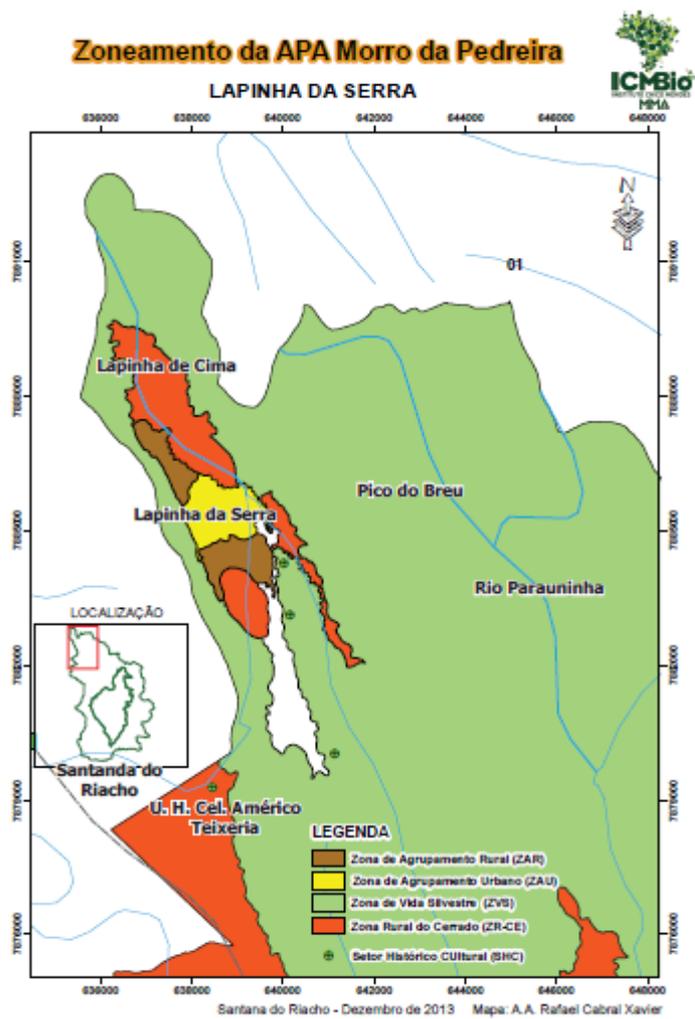
Os limites do território não seriam, enquanto território, é bem verdade, imutáveis - pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta - , mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território... Não é de se surpreender, diante de tal rigidez, que essa visão tenha muitas vezes usado os termos território e espaço indistintamente, obscurecendo o caráter especificamente político do primeiro (SOUZA, 1995, p. 84).

Não obstante, especifica-se aqui que o ICMBio, órgão responsável pela fiscalização da zona rural do vilarejo Lapinha da Serra, fora criado a fim de atender com agilidade as demandas recorrentes em UC, pois este modelo “decorreu da necessidade de uma atuação ágil, eficiente e eficaz da estrutura governamental, de modo a permitir o atendimento dos compromissos relativos à gestão de unidades de conservação federais” (ICMBio, 2010, p. 5). Sendo assim, cabe a instituição:

I – executar as ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais no que diz respeito à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela união; II – executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável, instituídas pela união; III – fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; IV – exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela união; e V – promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde essas atividades sejam permitidas (ICMBio, 2010. p. 5)

Fica explícito que a criação deste órgão de conservação se deu dentro de finalidades que possam promover o resguardo da biodiversidade, tradição da comunidade, etc., embora a gestão e implementação das leis possam ocasionar conflitos na realidade atual. É coerente que se avalie também o turismo em sua totalidade, visto que este é um dos principais agentes econômicos de pequenas localidades.

Como citado inicialmente, a Lapinha da Serra faz parte APA Morro da Pedreira, abrangendo os municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Taquaraçu de Minas, e Itabira (SILVA; SANTANA, 2013). A Figura 1 mostra o mapa que demarca as sobreposições dos limites das UCs Federais e os limites do entorno, podendo assim estabelecer a noção da área que representa a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira em verde claro, bem como o entorno do Parque Nacional (PARNA) Serra do Cipó em verde escuro. Para tanto, caracteriza-se que “a área do Parque é de 31.617,8 hectares e da APA de aproximadamente 100 mil hectares” (idem. p. 7), aproximadamente área de 31 e 100 campos de futebol respectivamente.



**Figura 1:** Mapa de localização e acesso da Lapinha da Serra - MG  
**Fonte:** adaptado de ICMBio, 2010.



**Figura 2:** Imagem de satélite da Lapinha da Serra - MG

**Fonte:** Google Earth (2021).

De acordo com o SNUC, APA é:

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Para Phillips (2002) a gestão da categoria V da IUCN, que corresponde à APA, se trata da proteção integral e do uso sustentável das áreas estabelecidas, sendo que em geral essas se tratam de locais onde há alguma ocupação humana em meio a uma fauna e flora que apresentam importância para a qualidade de vida e bem estar dessa população. Contudo, uma APA deve apresentar estudos voltados para o zoneamento ecológico e econômico, uma zona de vida silvestre, requisitos urbanos quando cabe à localidade e um comitê responsável pela criação do seu plano de manejo.

A criação do Parque se estabeleceu em 1994 e da APA em 1990, entretanto, outra ferramenta fora utilizada para um efetivo planejamento, no caso o Plano de Ação Emergencial elaborado em 1994 com o intuito de regulamentar e suprir corriqueiras adversidades em UCs do Brasil, pois ainda não havia uma estabilidade e concretização de um plano de manejo.

Somente em 2009 o plano de manejo do PARNA foi publicado, porém alguns fatos e conflitos na gestão afetaram sua funcionalidade. É válido dizer que o plano de manejo atual, de 2013, não sofreu alterações significativas, desta forma, as referências aqui citadas encontram-se atuais, se baseado nas questões norteadoras desta pesquisa.

Em 2009 foi publicado o Plano de Manejo do Parque. Os encartes 1, 2 e 3 foram elaborados em conjunto com APA, entretanto não se finalizou o zoneamento o qual encontra-se em andamento. No entanto, o plano de manejo não atendeu plenamente as necessidades de instrumentalização da gestão do Parque. O fato é que até 2011 prevaleceu um modelo burocrático de gestão com resquícios patrimonialistas. Era visível, por exemplo, a falta de comunicação entre os servidores, a desconexão entre áreas de trabalho (coordenações). Além disso, havia uma indefinição de papéis que permitia, por um lado, o comportamento de servidores que se tornaram tarefeiros, ou seja, simples cumpridores de ordens do chefe e, por outro lado, servidores que se envolviam com atividades pontuais, para as quais possuíam mais afinidade, porém desconexas, pautadas mais pelo seu interesse individual e sem ponderar se estas vinham de encontro aos verdadeiros objetivos fins da unidade de conservação. Não raramente os resultados ficavam à mercê do acaso (SILVA; SANTANA, 2013, p. 9-10).

Atualmente, as ações são inteiramente realizadas de forma integrada, com o fomento daquelas que propiciem uma real efetivação das leis e diretrizes. Todavia, é inevitável enfatizar que não somente a teoria é capaz de suprir a realidade encontrada em pequenas comunidades que obtêm sua subsistência através da terra, do turismo etc. No caso da Lapinha da Serra leva-se em consideração a forma com que a prefeitura se propõe a regulamentar e investir nos autóctones e em suas necessidades enquanto cidadãos, pensando no território como um conjunto de ações que permite o resguardo da população, da biodiversidade e da geodiversidade encontradas. Desta forma, averigua-se nesta pesquisa a perspectiva do turismo em uma área de proteção e como ele afeta positiva e negativamente pequenas regiões.

## **CAPÍTULO II: O Processo de Turistificação da Lapinha da Serra**

Neste capítulo são contextualizados os impactos causados pelo turismo em Áreas de Proteção Ambiental, sejam eles positivos ou negativos. A análise da consolidação do turismo e sua influência são relevantes para o entendimento e construção de políticas que assegurem os direitos dos autóctones, dos empresários e dos turistas, uma vez que, conforme Elias e Scotson (1994) afirmam, esses grupos passam a estar na condição de membros de uma mesma comunidade e se tornam interdependentes entre si, bem como políticas que garantem a proteção do lugar. Nesta mesma perspectiva, serão discutidos também os possíveis agentes que contribuíram para a descoberta do vilarejo Lapinha da Serra em seu processo de turistificação.

## 2.1 Os Impactos Socioambientais provenientes do Turismo em Áreas de Proteção

Em sua totalidade o turismo, se bem planejado, pode se tornar uma atividade que propiciará o desenvolvimento local (BOULLÓN, 2002), seu controle está relacionado à mitigação de impactos positivos e negativos e como alguns mecanismos são relevantes para ajustá-los antes que se tornem irreversíveis.

É coerente pensar que o turismo, antecedendo sua relação cultural, é visto como uma fonte de renda que desperta interesse dos empreendedores, todavia, enxergando o turismo como uma atividade que “consome” os espaços (CRUZ, 2003), este poderá modificar o território transformando-o de acordo com os interesses e/ou necessidades a fim de atrair o máximo de indivíduos ao produto turístico. Justificando este contexto, a autora (idem, p.5) ressalta que o turismo é “uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico o seu principal objeto de consumo”.

A atividade turística, além de consumir, produz espaço. Uma produção, voltada para mercadorias e, portanto, uma produção destrutiva. Destruí o ambiente natural para produzir um ambiente propício à atividade turística e destrói o modo de vida da população local, por meio da alteração do seu trabalho, da sua cultura, da sua produção de espaço (SOUZA, 2008. p. 18).

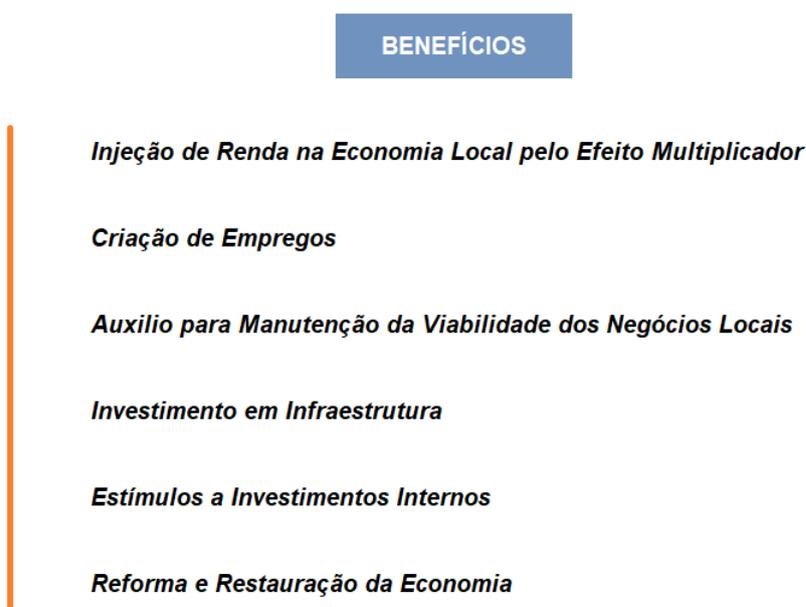
No Brasil o conceito de turismo foi referendado pelo MTur a partir da definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), a qual “compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros” (OMT, 1998). Desta maneira, o entendimento de que a atividade turística é uma consolidação meramente humana possibilita a compreensão das complexidades e possíveis desordens na efetivação desta prática.

Beni (2008) afirma que o turismo se configura pela interdisciplinaridade. Deste modo, as relações são estabelecidas de forma complexa se relacionadas à economia, ao social e ao natural, sendo assim, o turismo utiliza dos recursos característicos de uma determinada localidade que possui potencial para tal, porém, é justo que se recorra, através de políticas eficazes, à coordenação da atividade turística para que a população local não seja excluída de sua cultura e direitos.

É possível identificar que a atividade turística acontece em lugar se utilizando da infraestrutura e dos demais elementos da comunidade local em busca de lazer e conforto oferecidos pelas políticas e empresas do setor. Ressalta-se que os recursos

explorados pelos turistas devem pautar-se na sustentabilidade, mitigando os impactos socioambientais negativos por meio do planejamento, ações e com a educação ambiental (CANDIDO, 2017, p. 20).

Correlacionando os impactos socioambientais gerados pela atividade turística, pode-se citar os positivos e os negativos. Os impactos positivos podem ser descritos pela geração de renda, principalmente em pequenas localidades, propiciando empregabilidade, seja ela direta ou indireta. Nesse sentido, o turismo pode ser caracterizado como um impulsionador ao empreendedorismo e ao desenvolvimento regional/local, ocasionando alguns benefícios como demonstrado na Figura 2. Relacionado ao meio ambiente natural, os impactos positivos “acontecem através da sensibilização dos turistas e da população local, a respeito da importância da conservação e preservação do meio e suas relações diretas com a vida dos Biomas” (CANDIDO, 2017, p. 22).



**Figura 2:** Benefícios Econômicos da Atividade Turística

**Fonte:** Swarbrook (2000, p. 95). Adaptado pela Autora.

Já os impactos negativos estão associados principalmente à deterioração de espaços naturais, como as reservas ambientais. Estes impactos podem ter consequências às quais não podem ser revertidas na biodiversidade bem como nos modos de vida dos autóctones. Não obstante, se enfatiza que:

Pesquisas recentes têm indicado que a identificação de potencial turístico em determinada localidade, induz a atração de investimentos privados vinculados à atividade, os quais visam, principalmente, ao lucro financeiro. Na maioria dos casos não haveria preocupação maior com a sustentabilidade, em especial no referente à preservação do ambiente natural (SOUZA, 2012, p. 6).

Dados os fatos, Swarbrooke (2000) aponta algumas consequências negativas advindas do turismo, estes impactos caracterizam a atividade turística como sendo prejudicial, uma vez que interfere na composição natural do ecossistema. Para tanto, o autor (Swarbrooke, p. 79) descreve as seguintes consequências potenciais:

Composição de espécies da flora e da fauna: Perturbação de hábitos de reprodução; Matança de animais pela caça; Matanças de animais para fornecimentos de produtos para o mercado de souvenirs; Migrações de animais para o interior e para o exterior; Pisoteamento e danos à vegetação pela passagem de pedestre e veículos; Destruição de vegetação pela coleta de madeiras ou plantas; Mudança na extensão e/ou na natureza de cobertura vegetal por sua remoção ou pelo planejamento de facilidades de acomodação para o turista; Criação de reservas/santuários de vida selvagem ou restauração de habitat.

Erosão: Compactação de corpos sólidos causando o aumento de deslizamento da superfície e erosão; Alteração do risco de ocorrência deslizamento/erosão; Alteração no risco de ocorrência de avalanches; Danos às características geológicas (ex.: montanhas rochosas, altas e cavernas) Danos à ribanceira de rios.

Impacto Visual: Facilidades (ex.: edificações, teleféricos, estacionamentos Lixo esparramado Detrito, florescimento de algas.

Recursos Naturais: Esgotamento do solo e fornecimento de água na superfície; Esgotamento de combustível fóssil que gera energia para as atividades dos turistas; Alteração do risco de incêndios; Esgotamento de recursos minerais para materiais de construção; Exploração excessiva de recursos biológicos (ex.: pesca descontrolada); Alterações nos padrões hídricos; Alteração da terra usada para produção primária.

Poluição: Poluição das águas pela descarga de detritos, derramamentos de óleo/petróleo; Poluição do ar por emissões de veículos, queima de combustíveis para aquecimento e iluminação; Poluição sonora devido ao transporte de turistas e suas atividades.

Smith (1989) argumenta que o turismo pode beneficiar em questões econômicas uma comunidade, porém o desenvolvimento se torna um imã que contribui para efetivação de outros trabalhos de fora da localidade. Dentre os fatores mencionados pela autora destaca-se o socioambiental, configurando paradigmas importantes a serem discutidos (Figura 3).



**Figura 3:** Impactos Socioambientais Provocado pelo Turismo em Comunidades.

**Fonte:** adaptado de Smith (1989, p. 100).

São apresentados então impactos positivos e negativos, onde dentro dos negativos se faz importante mencionar que o termo coca-colalização se refere ao fato de que os autóctones são, de certo modo, ocultados com a presença dos turistas. Segundo Eagles, McCool e Haynes (2002), esses efeitos do turismo interagem de um modo complexo e é responsabilidade dos órgãos locais planejar de modo que os benefícios da atividade sejam maximizados e não o contrário. Assim, é válido ressaltar que o turismo necessita de uma avaliação sistematizada acerca de fatores que podem prejudicar a comunidade local. A ação governamental ligada a associações que deliberem os possíveis impactos sociais é fundamental, bem como o planejamento e a especialização de mão de obra.

O turismo requer uma mão-de-obra considerável e, sobretudo, uma reserva de trabalhadores minimamente especializados, além de ter grande importância como instrumento de desenvolvimento, principalmente nas áreas subdesenvolvidas do mundo. Onde há grandes diferenças econômicas entre hospedeiros e hóspedes, ou onde o uso de drogas é generalizado, os turistas podem ser vítimas de roubos, assaltos ou ações terroristas, mas isso não se deve ao seu status de turistas, mas ao fato de serem uma presa mais fácil.<sup>1</sup> (SMITH, 1989, p. 23-24).

<sup>1</sup> *Texto original: El turismo requiere considerable mano de obra, y sobre todo una reserva de trabajadores minimamente especializados, aparte de tener gran importancia como instrumento del desarrollo, sobre todo en zonas subdesarrolladas del mundo entero. Donde hay grandes diferencias económicas entre anfitriones e invitados, o donde está extendido el uso de drogas, es posible que los turistas sean víctimas de atracos, robos o acciones terroristas, pero ello no se deberá a su calidad de turistas, sino al hecho de ser presa más fácil.* (SMITH, 1989, p. 23-24).

Contudo, é relevante um estudo aprofundado do impacto turístico em pequenas regiões e/ou comunidades, possibilitando um planejamento organizado que atenda necessidades das regiões receptoras, pois o turismo poderá ocasionar a marginalização dos autóctones, assim como a perda de identidade local. “Em muitos locais o turismo já existe, e a necessidade é descobrir quais são as visões dos residentes. Neste caso, a pesquisa visa registrar e monitorar as percepções dos residentes em relação aos impactos do turismo” (LICKORISH, 2000, p. 114).

## **2.2 A Descoberta do vilarejo Lapinha da Serra pelos Turistas**

Diante de um cenário globalizado onde o tempo se caracteriza como um inimigo na sociedade moderna, o turismo rural tornou-se uma ferramenta para indivíduos que buscam a tranquilidade em meio à natureza. Com isso, o espaço rural sofre modificações não sendo utilizado exclusivamente para a produção agrária, mas também para práticas de consumo onde a cultura, a paisagem, o patrimônio, etc. são aspectos que podem propiciar renda aos autóctones. Sendo assim é:

Preciso pensar o rural como parte de um território alargado, globalizado e urbanizado, e como parte de um processo histórico de movimentos de população, e não como uma categoria absoluta e oposta ao urbano. Dito de outra forma, o rural é uma metáfora, o que nos leva a aprofundar nos seus significados e a questionar as mudanças socioculturais (CRISTOVÃO; PEREIRO, 2012, p. 2-3).

Nestas regiões onde o turismo apresenta um significativo crescimento é indispensável a preocupação com o resguardo e a valorização dos costumes, devido a relação constante entre culturas diferentes. É viável que o deferimento das políticas públicas seja idealizado juntamente com a comunidade para que os espaços não se tornem meras mercadorias.

Como o turismo resulta em fluxo de pessoas e serviços, isso significa encontro e desencontro; a cultura do lugar entra em contato com outras culturas, de pessoas e lugares distintos. É preciso pensar o turismo com o cuidado de não fazer do espaço dos lugares uma simples mercadoria. Os moradores dessas áreas traçaram suas identidades, seus modos de vida, seus hábitos e costumes, que devem ser considerados dentro do desenvolvimento local; é imprescindível respeitar, considerar e preservar esses elementos, pois eles estão relacionados a qualidade de vida das populações locais e sua reprodução, a partir das características socioculturais e ambientais (TIRADENTS; SANTOS, 2012, p. 627).

Neste sentido, faz-se aqui uma contextualização da iniciação do turismo em Lapinha da Serra, sendo coerente mencionar o despreparo por parte da gestão do vilarejo e como os habitantes se comportaram diante de uma demanda acelerada de turistas e de novos proprietários na região.

A Lapinha da Serra apresenta um histórico de ocupação acelerada, onde a transformação da paisagem e divulgação de fotos instigou a curiosidade de muitos, fazendo com que indivíduos passassem a frequentar a região. O fluxo inicial não era tão grande, porém foi crescendo devido à instalação de pequenas empresas do setor de hospedagem.

Outra associação a ser descrita correlacionada ao crescimento turístico é a acessibilidade às cachoeiras, atividades de caminhada e banho do ecoturismo, além do patrimônio cultural imaterial das festividades em determinadas épocas do ano.

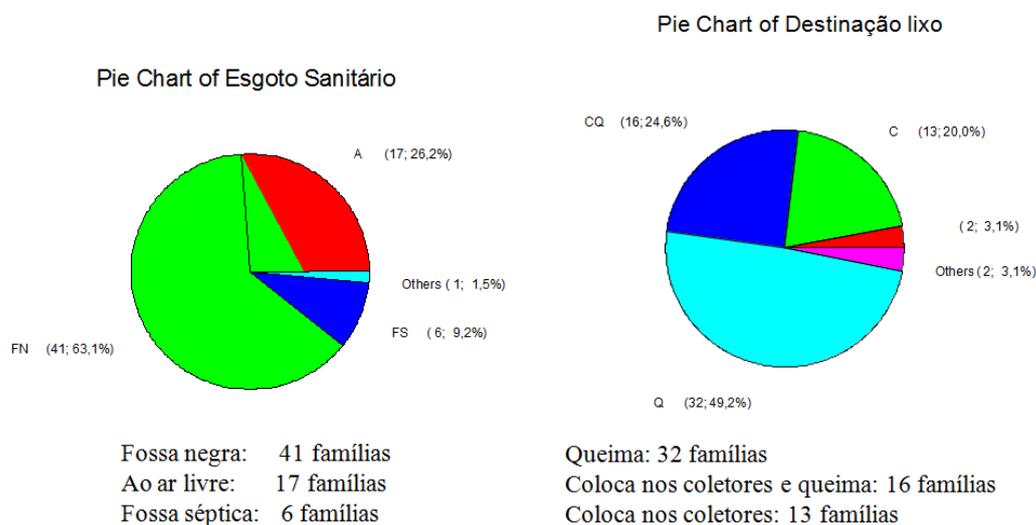
Evidentemente, o turismo em Lapinha é valorizado por oferecer o oposto do que as grandes cidades oferecem à população: segurança, contato direto com a natureza, silêncio. Tais fatores são mantidos em Lapinha da Serra, com exceção das épocas festivas, quando o vilarejo chega a receber, em sua capacidade máxima, cerca de 2.500 turistas, como foi o caso da última festa junina em 2017 (BRAGA, 2018, p. 39).

Com o despreparo pautado na receptividade de turistas, Lapinha não apresentava até então nenhum tipo de serviço voltado especificamente para o atendimento do turismo, pois a população local tinha a renda voltada para a agricultura e para comercializar seus produtos faziam travessias a pé ou a cavalo até os compradores. Havia uma estrutura básica para os autóctones: vendinha, igreja, bar, comida caseira (restaurante em casa), etc. Apenas com a chegada de algumas pessoas de fora, em 1998, abriu-se o primeiro meio de hospedagem, que se tratava de um *camping* e um restaurante bem simples, no centro do vilarejo.

Em 2000 foram inauguradas duas pousadas. Os terrenos nessa época obtinham valores extremamente baixos e chegavam a ser trocados por animais ou automóveis, e com isso os moradores compreenderam o potencial turístico e iniciaram o processo de locação de suas próprias casas e/ou de alguns cômodos (como por exemplo, quartos). O primeiro *camping* construído por um autóctone surgiu nesta mesma época.

Diante de tal crescimento, no ano de 2002 um grupo de empresários, em parceria com moradores, fundaram a Associação de Amigos da Lapinha da Serra (AAL) com o objetivo de transformar a pequena localidade em um possível polo turístico. Para tanto, foi instigado um plano para a formulação de uma estrutura turística a fim de resguardar o vilarejo de impactos negativos provenientes da atividade turística. Inicialmente este plano definiria meios estratégicos para a coleta de lixo, distribuição de água e energia, fiscalização, dentre outros, tendo o foco na legalidade e regulamentação adequada.

Ainda em 2002, a associação fez um estudo (Figura 4) desvendando fatos sobre os autóctones que devem ser levados em consideração. Foi constatado que havia 74 famílias que somavam no total 297 pessoas, sendo que 65 dessas foram entrevistadas.



**Figura 4:** Dados socioambientais dos moradores da Lapinha da Serra

**Fonte:** Associação de Amigos da Lapinha, 2021

Os dados mostraram outra realidade, comprovando que a primeira televisão ligada em uma das casas na Lapinha foi em 2002, fato que faz pensar sobre o desenvolvimento social dessas pessoas enquanto cidadãos que possuem por direito acesso à informação e acessibilidade. Sendo assim, um questionamento a ser feito se baseia em dúvidas: Por que esta pesquisa não fora efetivada antes de se pensar no turismo? Será que o turismo, de certa forma, foi uma ferramenta que possibilitou enxergar a verdadeira realidade e defasagens da comunidade?

Nessa perspectiva, o turismo em pequenas comunidades, bem como em áreas de proteção, se pautado em um planejamento adequado e organizado, pode contribuir para alternativas que possibilitem o desenvolvimento ligado à inclusão social, desde que seja de forma democrática. As populações tradicionais necessitam de participação em atividades ligadas ao turismo para que sejam ouvidas e incluídas nas decisões cabíveis. É imprescindível que haja uma gestão eficiente entre parcerias públicas e privadas a fim de promover melhores estruturas que influenciaram de forma positiva a condição de vida dos autóctones (OLIVEIRA, 2017).

As contribuições para que a efetivação das melhorias e do planejamento seja cumprida são iniciativas conjuntas entre a comunidade e outras parcerias, dando espaço para que todos

os envolvidos sejam ouvidos. Deste modo destacam-se as possíveis contribuições obtendo um olhar sobre o objeto de estudo (ABREU; PINHEIRO, 2012, p. X):

#### COMUNIDADE

- Fortalecer a associação a partir de encontros, reuniões, etc.;
- Zelar pelo patrimônio natural e/ou urbano;
- Manutenção de atividades seguindo o plano de manejo;
- Viabilização de capacitações para geração de emprego;
- Participação ativa em iniciativas correlacionadas a área de proteção.

#### ASSOCIAÇÃO

- Representatividade dos interesses dos moradores locais;
- Opinar sobre a elaboração do Plano de Gestão das áreas de proteção;
- Cobrar dos órgãos gestores possíveis políticas para o desenvolvimento;
- Participação em eventos;
- Propor projetos.

#### PARCEIRAS

- Oportunizar a construção de lideranças;
- Denunciar violações de direitos;
- Cobrar a implementação de políticas públicas;
- Fazendo-se parte do Conselho Deliberativo, colaborar com as discussões sobre áreas protegidas;
- Apoio as lideranças da associação de moradores.

Com isto, fica aqui esclarecido que o turismo na Lapinha da Serra se concretizou de forma desordenada, não tendo de imediato um plano e/ou gestão que fortaleça vínculos para um processo que favoreça todos os envolvidos. A falta de compromisso com a comunidade anteriormente ao turismo explicita a falha nas políticas públicas por parte de órgãos governamentais, compreendendo assim o descaso pautado na falta de assistência básica e acessibilidade.

### **CAPÍTULO III: A Nova Década da Lapinha da Serra: Turismo, Infraestrutura e Impactos**

Neste capítulo foram analisados os preceitos que impulsionaram o crescente número de turistas na região da Lapinha da Serra, e como a turistificação influenciou o modo de vida da população local. Fez-se coerente analisar também como se deu o crescimento urbano e a ocupação do solo, e se estes aspectos influenciam a proteção ambiental na localidade. Para tanto, entrevistas diretas e não diretas foram primordiais para a compreensão destes processos. A avaliação das respostas da pesquisa se baseou no objetivo de compreender como as leis se aplicam na prática, assim como a análise do crescimento do turismo, que desencadeou mudanças no modo de vida dos moradores da Lapinha, propiciando impactos socioambientais.

### 3.1 Metodologia

A pesquisa qualitativa possui o objetivo de interpretar o fenômeno a ser investigado levando em consideração a descrição, compreensão, observação e o significado, ou seja, ela “é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa” (VERGARA, 2006, p. 42).

Neste contexto, foi elaborado um plano de trabalho que fundamentou o estudo desde a concepção dos objetivos à pesquisa bibliográfica com base em autores como Gontijo (2003). A pesquisa foi descritiva, bibliográfica e de campo, tendo como instrumento as entrevistas abertas e fechadas, cabendo contextualizar aqui a abordagem e os meios utilizados para tal. Salomom (2004) ressalta que a pesquisa bibliográfica se correlaciona pelos conhecimentos advindos da Biblioteconomia e Documentação, sendo este processo acarretado de uma busca planejada. O autor (idem, p. X) salienta que a divisão da pesquisa bibliográfica ocorre em três fases:

- **Preparação:** Caracterizada pela identificação e fichamento para uma maior obtenção de informações, sendo elas concretizadas pela realização de atividades específicas como a delimitação do problema;
- **Realização:** Esta fase compreende a realização de um fichamento documental obtido que, depois de devidas leituras, será selecionado para a realização da redação científica;
- **Comunicação:** Não menos importante, a comunicação compreende na criação de um produto científico cujo objetivo está no propósito da pesquisa. Sendo assim, “A comunicação é a coroação do trabalho de investigação científica, e ao mesmo tempo, o momento de maior realização do pesquisador” (EL-GUINDY, 2004, p. 79).

Com isto, a coleta bibliográfica possibilita ao pesquisador investigar e solucionar problemas que instigam sua percepção. Segundo Salomon (2004, p. 152), a pesquisa é um “trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para o qual se procura a solução adequada de natureza científica.” Contudo, deve-se estar atento às pesquisas de outros autores, pois “o texto de outro autor pode e deve ser interpretado, mas não distorcido e nunca omitida a fonte primária na citação do texto e nas Referências Bibliográficas” (SECAF, 2004. p. 49).

As bases metodológicas da pesquisa encaminharam para fins descritivos, ou seja, utilizou-se de técnicas de coletas de dados, apresentando as variáveis aliadas às características do objeto investigado, que em questão são os moradores do vilarejo Lapinha da Serra – MG. Em vista disto, Vergara (2006) afirma que este tipo de pesquisa (descritiva) atende de forma adequada a intenção dos estudos, o qual pretende expor características de um determinado fenômeno.

A realização das entrevistas, efetuadas pessoalmente abordando pessoas em locais de comum vivência como ruas e comércios no período de 15 de janeiro a 20 de março de 2021, ocorreram por meio da elaboração de um roteiro estruturado (apêndice I) com 29 perguntas sendo 10 abertas e 19 fechadas possibilitando a elaboração de gráficos bem como quadros que demonstraram a relatividade e similaridade das opiniões obtidas. Foram 50 aplicações do questionário aos moradores da Lapinha, visando a relação entre autóctones e turismo, podendo assim avaliar as consequências e alterações sofridas no vilarejo (positivas e/ou negativas). Contudo, os métodos utilizados também se proveram da pesquisa quantitativa, que segundo Maanen (1979) assume diferentes significados e técnicas interpretativas que visam decodificar e/ou descrever um sistema complexo. Não obstante, esta técnica aplicada a ciências sociais tem por objetivo traduzir fenômenos, reduzindo a distância entre indicador e indicado.

Os gráficos qualiquantitativos foram gerados após a realização de todas as entrevistas que foram feitas pessoalmente, através do formulário do Google, onde foi criado o questionário modelo com todas as perguntas e, através do link de respostas, foi passada uma entrevista por vez do papel original para a plataforma online que gera os gráficos automaticamente. A pesquisa quantitativa segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008, p.7) “caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas”.

### **3.2 Perfil dos Entrevistados**

No caso da Lapinha da Serra, um vilarejo ao qual a população levava uma vida simples, voltada para a agricultura de subsistência sendo o poder de compra ínfimo, presenciar a chegada de pessoas de culturas, estilos e condição de vida diferente certamente foi impactante. Com isso, a amostragem desta pesquisa foi buscada em locais comuns de

vivência, como ruas, casas e comércios, abordando pessoas nascidas e criadas na Lapinha, compreendendo seus pontos de vista e suas opiniões a respeito do processo de turistificação do vilarejo.

Houve dificuldade durante o processo de realização das entrevistas, pois muitas pessoas se recusaram a responder, obtendo um sentimento de desconfiança. Para tanto, a observação também é uma forma de se chegar aos objetivos, pois possibilita ao pesquisador “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (LAKATOS; MARCONI, 1996, p.79). Mesmo com a apresentação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice II) escrito e assinado afirmando a não divulgação de dados pessoais e que se tratava de um questionário para fins científicos, este receio ainda permaneceu, entretanto, isso não prejudicou a realização deste estudo. Goldenberg (1997) afirma que para a realização de entrevistas satisfatórias é necessário primeiramente criar um meio de confiança, não discordando do entrevistado, sendo imparcial e/ou neutro, podendo assim conquistar a confiança que é algo passado, respeitando o código de ética.

**Quadro 1:** Idade, Nível de instrução e Sexo dos entrevistados

Entrevistados:	Idade	Escolaridade	Sexo
Entrevistado 1	24	8º ano	M
Entrevistado 2	48	Sem estudo	F
Entrevistado 3	61	4º ano	M
Entrevistado 4	18	Tô no 3º ano	F
Entrevistado 5	53	5a série	F
Entrevistado 6	20	Ensino médio completo	F
Entrevistado 7	34	1º ano ensino médio	M
Entrevistado 8	38	Médio completo	F
Entrevistado 9	74	Sem estudo	M
Entrevistado 10	15	Tô no ensino médio	M
Entrevistado 11	42	5a série	F
Entrevistado 12	33	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 13	23	-	F
Entrevistado 14	15	Estou no 1º ano	F
Entrevistado 15	43	Parai no 1º ano	F
Entrevistado 16	65	3a série	M
Entrevistado 17	36	Técnico em turismo	M
Entrevistado 18	53	2a série	M
Entrevistado 19	59	2a série	F

Entrevistado 20	28	Ensino médio completo	M
Entrevistado 21	44	4a série	M
Entrevistado 22	19	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 23	51	5º ano	F
Entrevistado 24	44	4a série	F
Entrevistado 25	37	1º ano Ensino Médio	M
Entrevistado 26	40	Ensino fundamental	M
Entrevistado 27	19	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 28	17	Estou no 3º ano do EM	F
Entrevistado 29	27	Ensino Médio completo	M
Entrevistado 30	64	Sem estudo	F
Entrevistado 31	56	4a série	F
Entrevistado 32	27	Ensino médio completo	M
Entrevistado 33	52	5a série	M
Entrevistado 34	45	Ensino médio completo	F
Entrevistado 35	45	Ensino médio completo	F
Entrevistado 36	37	Ensino médio completo	F
Entrevistado 37	23	Ensino médio completo	F
Entrevistado 38	30	Ensino médio completo	M
Entrevistado 39	51	Sem Estudo	M
Entrevistado 40	48	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 41	70	Sem estudo	F
Entrevistado 42	75	Sem estudo	M
Entrevistado 43	32	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 44	19	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 45	26	Ensino médio completo	F
Entrevistado 46	16	1o ano do Ensino Médio	M
Entrevistado 47	18	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 48	30	Ensino Médio completo	F
Entrevistado 49	17	2º ano Ensino Médio	M
Entrevistado 50	22	8º ano	F

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Os entrevistados possuem idade entre 15 e 74 anos, sendo todos residentes da Lapinha da Serra (nativos), sendo abordados de maneira aleatória em lugares comuns de vivência, como mencionado anteriormente. O posicionamento dos entrevistados correlacionado a idade obteve respostas que puderam ser compreendidas em um aspecto cronológico, obtendo a compreensão da modificação dos hábitos na última década da Lapinha.

É relevante dizer também que nas entrevistas percebe-se o uso da linguagem informal na grande maioria dos entrevistados, um fator que pode esclarecer isso é a escolaridade onde, em geral, a maioria dos entrevistados abandonou os estudos em nível fundamental ou médio, o que traz à tona o fato da vila não ter escolas que supram todos os níveis, dificultando o processo de aprendizagem e acessibilidade, uma vez que era necessário se deslocar no

mínimo 12km para ter acesso à educação básica. Notou-se que os entrevistados mais jovens estão cursando ou concluíram pelo menos o ensino médio, podendo ser um fator ligado à chegada do turismo, que viabilizou a melhoria da estrada e, principalmente, instigou os autóctones a entenderem a importância do acesso à informação.

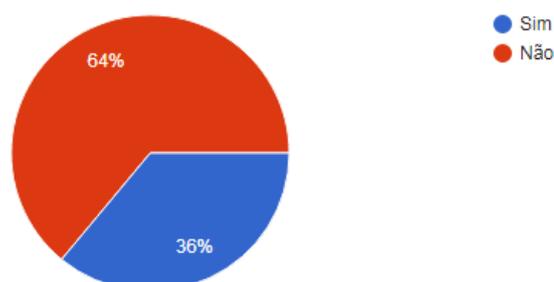
### 3.3 O Processo de Turistificação e sua Influência no Estilo de Vida da População do Vilarejo Lapinha da Serra

A chegada do turismo na Lapinha ocorreu na década de 1990. Como já discorrido anteriormente, foi nesse período que a vida dos nativos da Lapinha saiu de uma realidade e se deparou com outra, em um processo muito rápido e sem precedentes. Durante as entrevistas houve um relato (entrevistado 21) ao qual o entrevistado mencionou pessoas saírem correndo de medo ao ver um carro chegando à vila. Fazendo uma breve comparação à Belo Horizonte, capital que se encontra a 130km da Lapinha, nos anos 1990 era uma cidade completamente viva em seus diversos âmbitos como o cultural, tecnológico, estrutural, diversidade, globalização, etc., enquanto na Lapinha as pessoas ainda queimavam seus lixos e trocavam trabalhos por comida, fazendo-se assim compreender a diferença de crescimento de lugares tão próximos e distintos.

Dados os fatos, para iniciar o contexto das entrevistas, as primeiras perguntas (Apêndice I) foram voltadas para questões de estrutura básica, a qual se presume com os resultados da pesquisa. O processo de turistificação teve relevância em trazer soluções, compreendendo que todas as pessoas acima de 28 anos viveram sem uma estrutura básica de saneamento como energia elétrica e água encanada (Figura 5 e 6), sendo que algumas delas relataram a demora em ter acesso a estas devido à localização de suas casas.

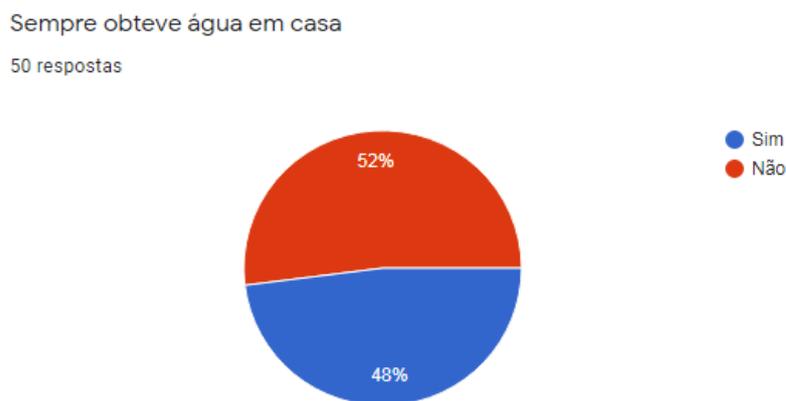
Sempre possuiu energia elétrica em sua casa?

50 respostas



**Figura 5:** Gráfico referente às respostas da pergunta 5 (apêndice I) da entrevista  
**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Leva-se em consideração que o saneamento básico é uma ferramenta interligada a intervenções multidisciplinares ligadas a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais, que possibilita à preservação do meio ambiente além de prevenir doenças ocasionando melhorias na qualidade de vida das pessoas (SOUSA; SOUSA; ALVARES, 2015).



**Figura 6:** Gráfico referente às respostas da pergunta 6 (apêndice I) da entrevista  
**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Na pergunta 7 (apêndice I) houve pretensão de compreender se a represa da vila, popularmente conhecida pelos autóctones como lagoa, fora um meio de obtenção de água e todos os entrevistados afirmaram que era neste local onde suas famílias buscavam água em recipientes como baldes e também descreveram que a lagoa possuía outras utilidades: lavavam roupas na beira das pedras dos poços (Figura 7), tomavam banho e enchiam galões nas nascentes para consumo, confirmando-se então um estilo de vida completamente diferente daquele que passaram a levar quando obtiveram estrutura básica em suas casas.



**Figura 7:** Local que os entrevistados relataram usar para lavar roupas antes do encanamento da água.

**Fonte:** Olivia Cerri, 2021.

Desta forma, o crescimento local parte de forma interna, relacionada aos interesses dos moradores, ou seja, de forma endógena. Não obstante, na Lapinha pode-se notar que este crescimento se viabilizou a partir do turismo, sendo discriminado o interesse e necessidades dos moradores anteriormente a este episódio. Tenório (2007, apud FORTUNATO; SILVA, 2011, p. 92) descreve que o desenvolvimento local “procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores: sociedade civil, poder público e mercado”; este enfatiza ainda que a importância de propostas para o desenvolvimento é realizada e estruturada por atores da localidade e não por políticas exógenas que centralizam decisões.

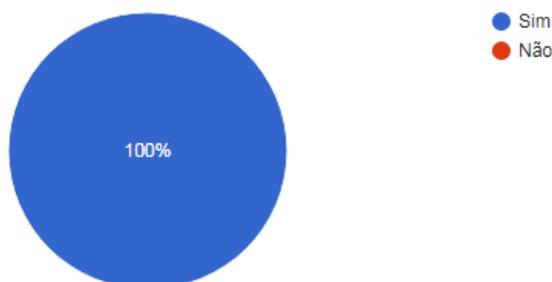
(...) mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2008, p. 25-26).

A chegada do turismo possui como uma de suas consequências então o impulsionamento da comunidade local que visa principalmente sua qualidade de vida. Na Lapinha não houve um contexto de planejamento por parte de poder público e da própria comunidade, foi um processo natural que se iniciou após a turistificação. Isto ocorreu porque existia uma demanda básica de estruturação para que houvesse condições mínimas de visitação, porém, essas eram as mesmas necessidades da população, podendo-se então serem

consideradas endógenas às ações, por mais que não tenham sido especificamente realizadas partindo do interesse dos autóctones.

A Lagoa e as cachoeiras foram um meio de obtenção de água da sua família antes do encanamento?

50 respostas



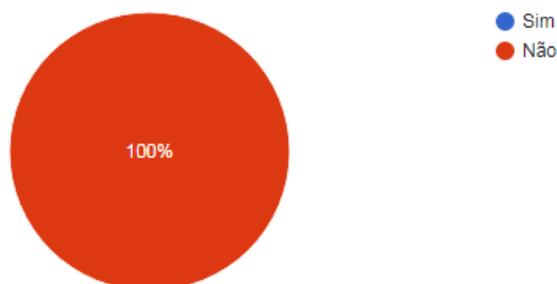
**Figura 8:** Gráfico referente às respostas da pergunta 7 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Dando prosseguimento à análise e adentrando à temática do trabalho, foi questionado aos entrevistados se atualmente a família depende de outra cidade em correlação à empregabilidade e a resposta de todos foi negativa, conforme demonstrado pelo gráfico (Figura 9). Portanto, a chegada da atividade turística na Lapinha e em qualquer outra pequena localidade tornou-se responsável pela geração de produtividade e renda e está ligado diretamente ao desenvolvimento delas, fator esse que perpassa as questões de números estatísticos financeiros e está diretamente ligada à qualidade de vida da população.

Sua família depende de outra cidade em correlação a empregabilidade?

50 respostas



**Figura 9:** Gráfico referente às respostas da pergunta 8 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Embora o turismo em locais considerados rurais como a Lapinha possa ser um segmento “novo” no Brasil, este se encontra em fase de expansão, sendo justificado pela necessidade dos agricultores para vender seu produto, adicionando valor a eles, e pela constatação de renda pelos moradores podendo gerar certa dependência ao turismo. Conforme Portuguez (1999, p. X), o turismo poderá gerar dificuldades como:

1. Descapitalização do empreendedor: baixa capacidade de investimento;
2. Sazonalidade: épocas em que não há demanda de turistas;
3. Mão-de-obra: podendo ser em sua maioria é rejeitada e/ou desqualificada;
4. Planejamento: dificuldade de organização por parte dos empreendedores;
5. Legislação inadequada: não conhecimento das burocratizações e direitos.

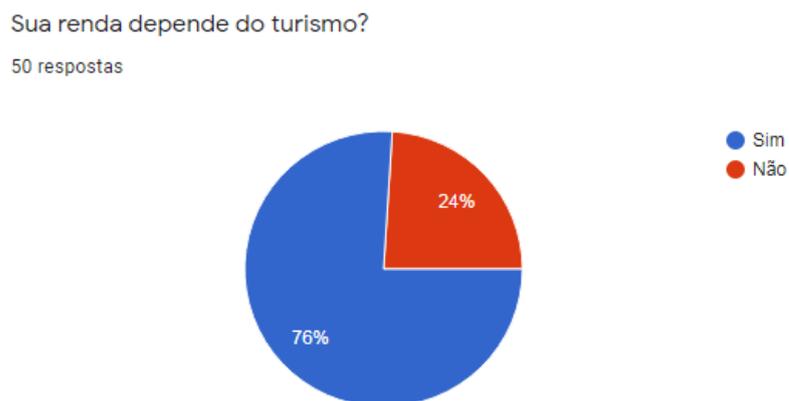
Além destes fatores, o autor afirma também que o desenvolvimento de pequenas localidades rurais pode ser afetado pela desorganização dos órgãos públicos, propiciando uma maior prioridade ao turismo e não à comunidade. Sendo assim, o turismo em pequenas localidades somente será benéfico se estes conseguirem observar a demanda dos autóctones, podendo fomentar uma gestão de cooperação e organização, não sendo menosprezada a cultura e tradição.

O desenvolvimento não coincide com o crescimento. Crescimento econômico nada mais é do que a ampliação quantitativa da produção. Assim podemos defini-lo como a expansão do produto real de uma economia durante determinado período de tempo. O crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Enquanto o crescimento se refere a incrementos quantitativos, eventualmente medidos em valores de elementos físicos, o desenvolvimento implica em melhorias qualitativas. O crescimento ignora a qualidade do ambiente, a distribuição de renda e outros fatores sociais. Portanto, o desenvolvimento se distingue do crescimento por uma maior amplitude, ou seja, pela presença de elementos que, mesmo às vezes expressos em termos quantitativos e representados sobre algum tipo de escala, pertencem a uma classe de fatores tradicionalmente definidos como qualitativos. A idéia de desenvolvimento, portanto, está necessariamente associada às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes de uma nação (FERREIRA, 2005, p. 37).

Por outro lado, durante a aplicação do questionário (entrevistada 19, 59 anos), foi afirmado que antecedente ao turismo não havia trabalho para mulher, deste modo os homens tinham que sair de suas casas para outras localidades em busca de trabalho para sustento ou então se submeter a serviços braçais em troca de comida. A interferência da atividade turística nesse âmbito abriu muitas, se não, todas as possibilidades para a comunidade. Para confirmar o fato foi perguntado se a renda principal dos entrevistados (Figura 10) e dos membros de sua família (Figura 9) também depende do turismo.

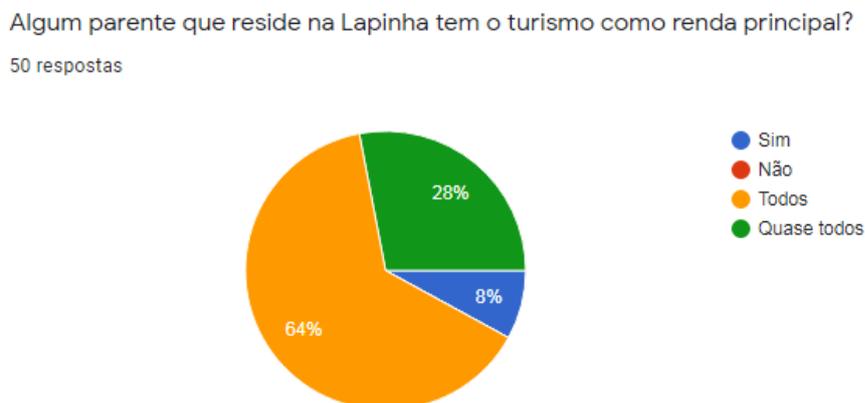
As respostas negativas (12 entrevistados no total) se alinham na justificativa de que ainda não trabalham ou porque já são aposentados, com exceção da entrevistada 24 (44 anos),

pois é concursada e trabalha como cantineira da escola local, todavia, esta afirmou que “por fora” comercializa queijo, requeijão, leite e produtos orgânicos da sua horta para turistas e para proprietários de estabelecimentos que fornecem alimentos para os mesmos. Sobre as famílias, 64% dos entrevistados afirmaram que todos os demais têm o turismo como renda principal, 28% que quase todos e 8% que pelo menos algum parente depende do turismo.



**Figura 10:** Gráfico referente às respostas da pergunta 10 (apêndice I) da entrevista  
**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Portanto, fica evidenciado que o turismo possui característica socioeconômica, ou seja, possibilita a geração de bens e serviços, não possuindo necessariamente um conceito absoluto (LAGE; MILONE, 2000). Em pequenas comunidades como a Lapinha, a produção artesanal poderá vir a ser uma mercadoria destinada também ao turismo.



**Figura 11:** Gráfico referente às respostas da pergunta 12 (apêndice I) da entrevista  
**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Entrando no âmbito cultural, acompanhando a modificação econômica e a chegada de informação junto ao processo de turistificação existe uma problemática que se baseia na perda da identidade original do vilarejo. A Lapinha apresenta uma cultura que exprime exatamente a representação da vila antigamente, não sendo mencionada por nenhum dos 50 entrevistados, nem mesmo pela família responsável pela Roda de Batuque. Com isso, retrata-se aqui esta tradição da localidade: A simplicidade do Batuque, relatado por Sequeira (2010):

Sou atraído por um som de tambores e cantoria que chega a meus ouvidos ao sabor do vento da noite. Sigo em sua direção até alcançar a praça central, que serve, nas noites de fim de semana, como ponto de reunião para a maioria dos visitantes do vilarejo. Em um pequeno bar, jovens reunidos em torno de um violão entoam canções comumente executadas nas principais rádios do país. Quase ao lado, num outro barracão mais adiante, um grupo de nativos, munidos de alguns poucos instrumentos musicais – um acordeão, um pandeiro, um tambor e um triângulo – entoam composições de autoria própria, com um sotaque quase incompreensível, que mais se assemelha a um lamento. Tomo conhecimento por outras pessoas que assistem à apresentação de que a cantoria acontece periodicamente e é conhecida por todos como “O Batuque”, tendo como principal organizador um dos integrantes do grupo: um senhor de 84 anos, que toca o pandeiro, conhecido por todos como “Seu Juquinha”. A performance do grupo é de tal forma envolvente que não demora para que todos ali – mesmo os jovens turistas do outro bar – reúnam-se em torno dos integrantes do batuque, para participar de uma dança cadenciada e circular, que atravessaria aquela madrugada. (SEQUEIRA, 2010, p. 31).

O Batuque acontecia todos os finais de semana na Vila e, nos dias de hoje, as rodas são realizadas apenas em datas festivas como a festa de São Sebastião, em janeiro, e festa junina, em julho. O costume do batuque que Sequeira presenciou em 2010 e relatou ter vivido o momento em um fim de semana comum, foi se dissipando dentro dessa cronologia de 10/11 anos para os dias atuais, o que se pode confirmar pelo fato de nenhum morador ter mencionado a cultura durante as entrevistas, todavia, fora nesse período em que a Lapinha se transformou em um polo turístico com a necessidade de atender as demandas turísticas, deixando de lado as necessidades de quem na vila habita.



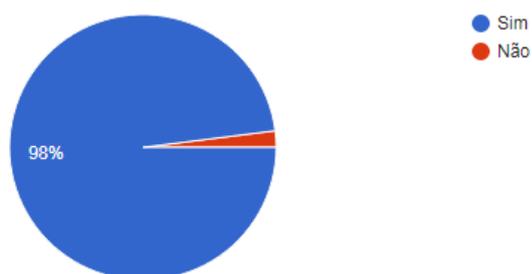
**Figura 12:** Autora em Roda de Batuque, 2015.

**Fonte:** Acervo pessoal.

Questionados se acreditam que o turismo influenciou nos modos e na cultura da comunidade (Figura 13), dos 50 entrevistados, apenas a entrevistada número 15, de 43 anos, disse que não e afirmou que “*cada um segue sua vida do jeito que quer independente de turista*”.

Você considera que o turismo influenciou a cultura e/ou nos modos das pessoas da Lapinha?

50 respostas



**Figura 13:** Gráfico referente às respostas da pergunta 14 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.



**Figura 14:** Autora no festejo do Boi da Rede em 2004. Fantasia do boi referente em 2004.  
**Fonte:** Acervo Pessoal da autora, 2021.



**Figura 15:** Festejo Boi da Rede. Momento em que o boi pula na água.  
**Fonte:** Print de vídeo extraído do YouTube em 14 de abril de 2021

Ainda fazendo uma contextualização da perda da identidade cultural da comunidade é importante fazer menção à festa junina muito prestigiada até os dias atuais, a qual acontece há 20 anos. A festa atualmente recebe um público estimado de 3.000 pessoas e apresenta uma temática a cada ano, retratando contextos vivenciados pela comunidade, que são evidenciados

na dança e na decoração, obtendo um intuito de trazer a importância de se conscientizar e preservar os elementos retratados, além de unir a comunidade sem qualquer distinção.



**Figura 16:** Cartaz de divulgação de Festa Junina da Lapinha em 2006

**Fonte:** Acervo Pessoal da autora, 2021.

Alguns dos temas propostos foram: Os de fora e os de dentro (costumes de nativos e forasteiros); As Marias (sobre a vida das mulheres na vila relatada em uma música autoral de um nativo); Mineração (quando houve busca por extração de diamantes em um poço na Lapinha); Travessia Lapinha – Tabuleiro (famosa travessia pela Serra do Espinhaço que leva de um vilarejo ao outro); Se quiser dançar batuque vem “simbora” pra Lapinha (homenagem ao batuque), dentre outros temas ao qual se faz importante destacar um que representa uma perda singular da identidade cultural: “Preservá pra Continúa”. A festa aconteceu no ano de 2006 (Figura 14) onde, desde o ano de realização já se deduzia que era necessário ter um cuidado com a cultura para não se perder no tempo, fato que se deduz pelo título que faz referência ao Inhangatu que, segundo Sequeira (2010):

Também conhecido como nhengatu, nhangatu, inhangatu ou ainda pelo nome latino língua brasilica, é uma língua do Tronco tupi, da família Tupi-Guarani. É a língua materna de parte da população cabocla do interior do Brasil, além de manter o caráter de língua de comunicação entre índios e não-índios, ou entre índios de diferentes línguas. (SEQUEIRA, 2010, p. 96)

Ainda há resquícios do uso da língua atualmente, porém era uma característica marcante a qual certamente no princípio houvera dificuldade de diálogo entre turistas e

nativos. Durante as entrevistas e com a vivência foi percebida a diferença no sotaque dos nativos, relatado também por Sequeira (2010) em referência já destacada no presente trabalho como “sotaque quase incompreensível”. No ano da festividade tendo como tema o Inhangatu, fora feito um minidicionário por iniciativa de Christiane Netto, educadora do Projeto Presente: Ponto Cultural e Ambiental da Serra do Cipó (não mais existente), que foi responsável pelas impressões sendo vendidos aos turistas na barraquinha do Centro Cultural Ambiente Vivo (que vive até os dias atuais) durante a festividade. No acervo da autora encontra-se digitalizados por imagens um exemplar do minidicionário que não tem publicação na internet, onde há uma contextualização explicitando o motivo da possível dissipação da linguagem, que se daria pelo fato dos jovens nativos acharem que falam errado conforme texto da primeira página do exemplar:

A linguagem que as pessoas mais antigas falavam é muito interessante. Só que hoje, essa linguagem está sendo pouco usada pelos jovens. Há alguns motivos que fizeram essa linguagem ir se acabando. Antigamente não tinha televisão, hoje, além da TV, as pessoas mais jovens aprendem muitas gírias e linguagens diferentes através dos turistas, escola e festas em cidades grandes. Os jovens estão deixando de falar porque acham que estão falando errado. Tudo isso mudou muito a língua da Lapinha e não é nada bom essa língua acabar. Esse dicionário foi feito pegando palavras antigas das pessoas mais velhas. Com ele, podemos mostrar para os mais jovens e os turistas que essa é uma língua muito bonita, é a cultura do lugar. (Acervo pessoal da autora)

A globalização aumenta a cada dia a facilidade de comunicação do mundo como um todo e leva à transmissão de valores culturais, podendo-se observar também a interação entre culturas diversas. Pode-se afirmar que o turismo gera por si só impactos e alterações sociais, uma vez que os destinos sempre recebem pessoas de diversas localidades que carregam sua cultura junto de si e passam a conhecer outras. Em grandes centros turísticos a cultura externa pode não ser marcante a ponto de transformar a interna, mas no caso de pequenas vilas como a Lapinha, a visita levou a transformação, buscando um mercado que atendesse essa demanda. Os impactos são mais expressivos para os autóctones como se pode perceber na perda do uso do Inhangatu.

Os hábitos que acompanham os turistas, muitas vezes também passam a fazer parte da vida dos autóctones não como um modo inclusivo e transformador de sua identidade, mas como um caminho que estabelece uma relação mais próxima com o viajante, objetivando resultados monetários viáveis que o turismo é capaz de produzir. Entretanto, o comportamento do nativo pode ocorrer de duas maneiras distintas. Na primeira, ele pode rejeitar o turismo e conseqüentemente o turista e sua cultura. Na segunda, o autóctone passa a admitir os padrões de comportamento e a cultura dos turistas ao passo que, diante desta relação, sua identidade submete-se à transformações ao longo do tempo. (GOMES, 2013, p. 22)

Compreendeu-se nas entrevistas que o Batuque e o Boi da Rede estão se dissipando ao longo do tempo, percebe-se que os nativos da Lapinha lidam com naturalidade, sendo o motivo pautado no turismo, pois este trouxe mudanças marcantes na qualidade e no estilo de vida dos moradores, sendo esse processo mais importante, se comparado ao que tinham antes. Foi perguntado qual havia sido as influências trazidas pelo turismo na cultura e modos de vida deles e se considerava-as positivas ou negativas. Mesmo 98% tendo afirmado que houve sim influências, tiveram dificuldade em exemplificar.

Sendo assim, presume-se que estando no lugar dos entrevistados há sim uma dificuldade de resposta, pois viveram todo o processo de crescimento e turistificação sem intervir no crescimento do número de pessoas de fora aos quais propiciaram mudanças significativas no vilarejo. Portanto não foi uma escolha viver aquilo ou não. De repente os autóctones passaram a ver carros diferentes, motos, bicicletas, televisões, computadores, fita de vídeos, som, roupas, instrumentos musicais, danças, alimentos e uma série de objetos e culturas, materiais ou não, dos quais antes não tinham acesso, pois não conheciam e não tinham poder de compra para obtê-los. Os impactos sociais do turismo podem ser resumidos então como a reestruturação da sociedade local.

Como se pode ver nas respostas, a maioria dos entrevistados consideram positivas as influências, justamente pelo fato de que de certo modo o turismo abriu portas para um mundo que eles não haviam vivenciado e, principalmente, para possibilitar a melhoria na vida financeira de todas as famílias. Os que consideram negativo, afirmam que o turismo trouxe maldade e tirou a liberdade da população local, mas em geral, nenhum apontou apenas como negativo, sendo que alguns não souberam opinar:

“Positiva. Aumentou a renda das famílias e mudou bem a cultura”  
(Entrevistada 12)

“O turismo trouxe muita coisa diferente que a gente não conhecia antes. Acho positiva.” (Entrevistado 25)

“O turismo aumentou a renda das pessoas, ai mudou o estilo de todos porque antes dinheiro era só para comida mesmo. Acho positivo.” (Entrevistado 29)

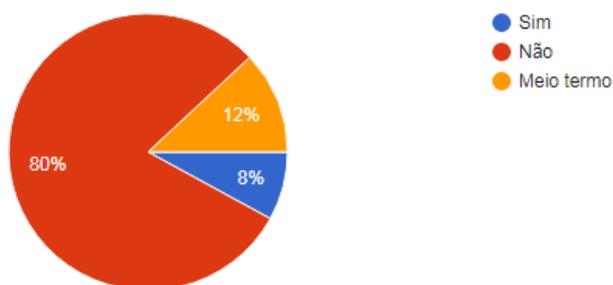
“Pessoal ganhou maldade com o turismo. Tem coisa boa, mas tem umas negativas também.” (Entrevistada 40)

Atualmente a Lapinha conta com 22 estabelecimentos comerciais, dentre eles restaurantes e mercearias. Trabalham de porta aberta: Bistrô, Sushi Lapa, Canela de Ema, Bem-dito, Bar do Dácio, Mercearia do Adair, Mercearia Agreste, Ponto de Apoio, Inhangatu, Frango Rupestre, Ao Pé da Serra, Empório Santiago, Casulo, Moendas, Cantina do Jardim, Restaurante do Marquinhos, Restaurante da Dona Lina e A Forneria; trabalham com delivery:

Empório da Pretinha hamburgueria, Lima Pizzaria, Massas Pugeddo e Marmitex e caldos do Branquinho. Desses, apenas oito pertencem à autóctones. Se falando em meios de hospedagem, todos os caracterizados como pousadas são de empresários de fora, mas, por sua vez, os autóctones possuem muitas casas disponíveis para aluguel por temporada e em geral é a maneira como eles aproveitam do turismo para obter renda. Além da renda com aluguel de casas, em geral os moradores trabalham nos estabelecimentos comerciais ou meios de hospedagem. Os atrativos turísticos propiciam renda a duas famílias, que por sua vez são proprietárias dos terrenos onde se encontram algumas das cachoeiras próximas da vila.

Dado tamanha mudança em todos os âmbitos acima citados, foi perguntado aos entrevistados se os mesmos sentiam vontade de voltar para o tempo em que não existia turismo na Lapinha (Figura 17). Ao analisar o contexto geral das respostas, avaliando entrevista por entrevista, ficou evidenciado que a idade é um fator que determinante às opiniões: todos os entrevistados que responderam meio termo ou que sim correspondem a 10 pessoas: 2 são da casa dos 40 anos, 3 da casa dos 50, 2 da casa dos 60 anos e 3 da casa dos 70 anos. Não houve nenhum jovem que afirmou querer.

Sente vontade de voltar para os tempos em que não existia turismo na Lapinha?  
50 respostas



**Figura 17:** Gráfico referente às respostas da pergunta 19 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021

Em geral houve semelhança nas respostas de acordo com a faixa etária, entretanto, o que já foi apresentado justifica-se o fato do acelerado processo de turistificação, uma vez que os mais jovens não vivenciaram a Lapinha sem a atividade turística, a meia idade presenciou e afirmou, em sua maioria, não ter vontade de voltar a viver sem o turismo, pois consideram que a qualidade de vida melhorou, e ao mesmo tempo sentem falta desse tempo obtendo

assim uma dualidade. Os mais idosos sentem vontade de voltar ao tempo por acreditarem que tudo era mais seguro e sossegado:

“Porque a gente tem que andar é pra frente, não pra trás.” (Entrevistada 27)

“Era mais seguro, mas a vida agora é mais fácil, né” (Entrevistada 30)

“O turismo dá muito emprego aqui” (Entrevistada 24)

“Sem o turismo hoje acho que a Lapinha não é nada mais” (Entrevistado 29)

“Turismo é muito importante pra gente. É nosso sustento.” (Entrevistado 20)

O turismo na Lapinha atualmente foi consolidado e junto dele os impactos sociais se manifestaram. Segundo Pérez (2009, p. 91) os elementos que comprovam essas manifestações são:

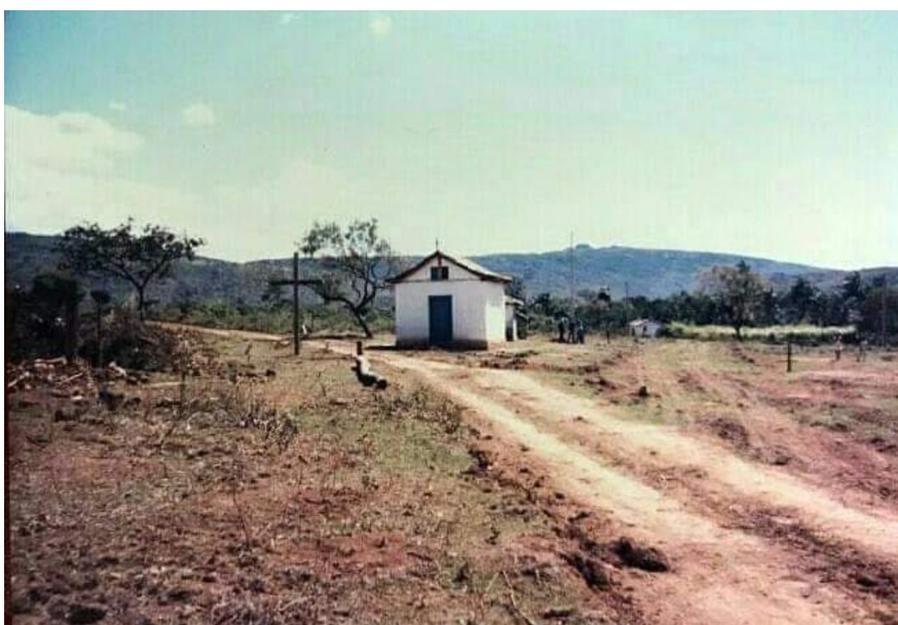
1. Na simples presença de turistas.
2. Na compra de terras e negócios pelos visitantes.
3. Na cópia, imitação ou mimese pelos habitantes locais do comportamento dos visitantes e dos seus modelos de despesa. É o que se denomina “exibicionismo cultural” (PROD’HOMME, 1985).
4. Nas modificações da estrutura interna das comunidades anfitriãs: mudanças na estratificação social, no papel das mulheres, na coesão comunitária, na conduta moral, na religião e na saúde.
5. Na rejeição dos visitantes.

Conforme todo o contexto apresentado neste tópico e em acordo com os relatos dos próprios autóctones durante as entrevistas fica evidente que os elementos citados por Pérez (2009) são presentes na Lapinha da Serra desde o princípio do turismo, podendo afirmar, ao passar dos anos, os impactos são e continuarão sendo reforçados.

O turismo é um mercado com potencial para transformar a realidade de vida de muitas comunidades, mas é importante que aconteça em acordo com estudos e planejamentos que estabeleçam bem as relações socioambientais de modo endógeno. É natural que haja pontos negativos e positivos em processos tão proeminentes como esse, mas havendo embasamento, os resultados certamente são mais satisfatórios. Os impactos em sua maioria são irreversíveis, e se a comunidade não está em acordo, necessita-se buscar um diálogo para maior compreensão e conhecimento, podendo assim abraçar possíveis oportunidades advindas do turismo. Avaliado então os impactos sociais gerados pelo processo de turistificação na Lapinha, o próximo tópico irá discutir acerca dos impactos ambientais propiciados por ele.

### **3.4 A Constituição do Processo de Ocupação do Solo: Planejamento Urbano, Turístico e Estrutural**

Alinhado aos objetivos específicos mencionados nesta pesquisa, que viabilizam a análise do crescimento histórico ambiental, bem como a influência do turismo na região da lapinha, se faz coerente sintetizar através das entrevistas e documentos obtidos o planejamento urbano turístico e estrutural da região, pois o turismo em vilas como a Lapinha, que se encontra em meio à natureza e faz uso de recursos naturais, traz à tona discussões acerca dos impactos que o mesmo gera no Meio Ambiente. Não apenas o uso dos atrativos em si (lagos, cachoeiras rios, etc.), mas também está atrelado à transformação do uso do solo de toda a localidade, onde, no caso da Lapinha, anterior à chegada do turismo era utilizado para plantações diversas e criação de animais de grande porte e com a turistificação esses espaços foram sendo vendidos e ocupados para a realização de construções que, em sua maioria, são voltadas para meios de hospedagem e comércios. Além de todos os impactos que serão discutidos neste tópico, não se pode deixar de mencionar a alteração paisagística que a Lapinha sofreu e ainda sofre, sendo destacada a praça central que promove os principais encontros de turistas (Figuras 18, 19 e 20).



**Figura 18:** Centro da Lapinha da Serra em 1983

**Fonte:** Acervo pessoal da autora.



**Figura 19:** Centro da Lapinha com segunda capela em construção  
**Fonte:** Gontijo (2003, p.127).



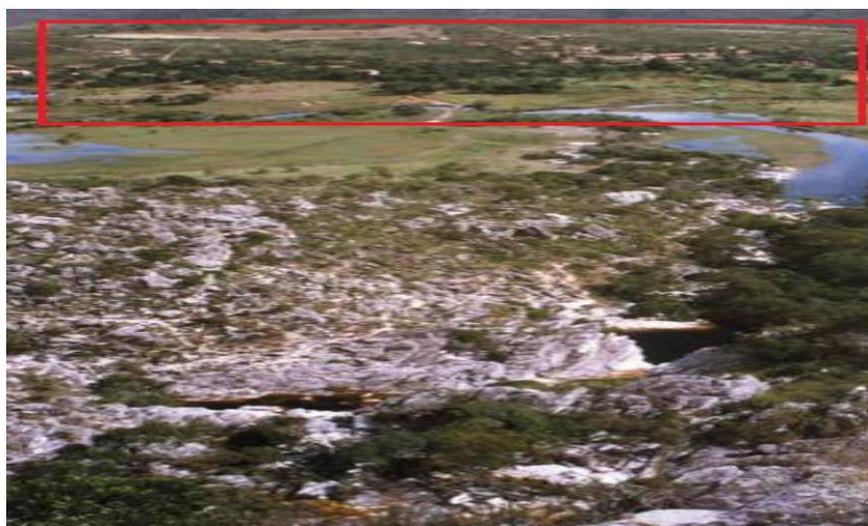
**Figura 20:** Centro da Lapinha com sua paisagem atualmente  
**Fonte:** acervo pessoal da autora, 2021.

Ao discorrer sobre o crescimento acelerado do turismo na Lapinha da Serra é fundamental destacar as modificações que a estrutura espacial da vila sofreu e ainda sofre. Gontijo (2003) afirma que se tratou de uma análise prévia dos impactos que a turistificação traria à Lapinha nos anos seguintes onde, caso os cuidados e atenção do setor público privado não fossem reformulados, a degradação seria inevitável, o povoado perderia sua identidade local, e o turismo “pouco teria a somar em termos de perspectiva futura do desenvolvimento local” (GONTIJO 2003, p. 148), refletindo, então, na qualidade de vida da população.

O desenvolvimento da estrutura física da Lapinha teve como característica o parcelamento desordenado do solo provocado pela falta de estudo e fragilidade dada pelo vácuo do poder público. Os autóctones vendiam pequenas metragens dentro de seus próprios terrenos ou em terrenos vagos pertencentes às famílias, resultando então em um número de obras próximas umas das outras, não considerando o fato de que esse crescimento em desordem poderia vir a trazer impactos como o aumento do lixo, falta de água, solo prejudicado por fossas negras, riscos de contaminação da água, etc.

Com relação à lei de uso e ocupação do solo, esta está concebida de uma forma inteiramente equivocada se considerarmos a situação de Lapinha. Seguiu-se um modelo já utilizado no município vizinho de Jaboticatubas, e que em termos de Santana do Riacho somente levou em consideração os distritos sede e de Cardeal Mota. Em outras palavras, se a lei de uso e ocupação do solo, tal como foi aprovada na câmara de vereadores, for aplicada ao pé da letra, Lapinha sofreria algo próximo a um desastre urbano dada a sua fragilidade ambiental e precária infra-estrutura. (GONTIJO, p. 111)

Passados dezoito anos da pesquisa de Gontijo, traz-se então para o presente trabalho a comparação através da Figura 21, extraída da tese de doutorado do autor com as Figuras 22 e 23, que são fotos deste estudo, onde fica evidenciada a diminuição da área verde, tomada por obras.



**Figura 21:** Foto de vista da vila da Lapinha pelo ponto de vista da montanha tirada no princípio dos anos 2000.  
**Fonte:** adaptado de Gontijo (2003, p. 133).



**Figuras 22 e 23:** Fotos da vista da vila da Lapinha a partir da serra, em 2010 (esquerda) e 2021 (direita).  
**Fonte:** Acervo pessoal da autora.

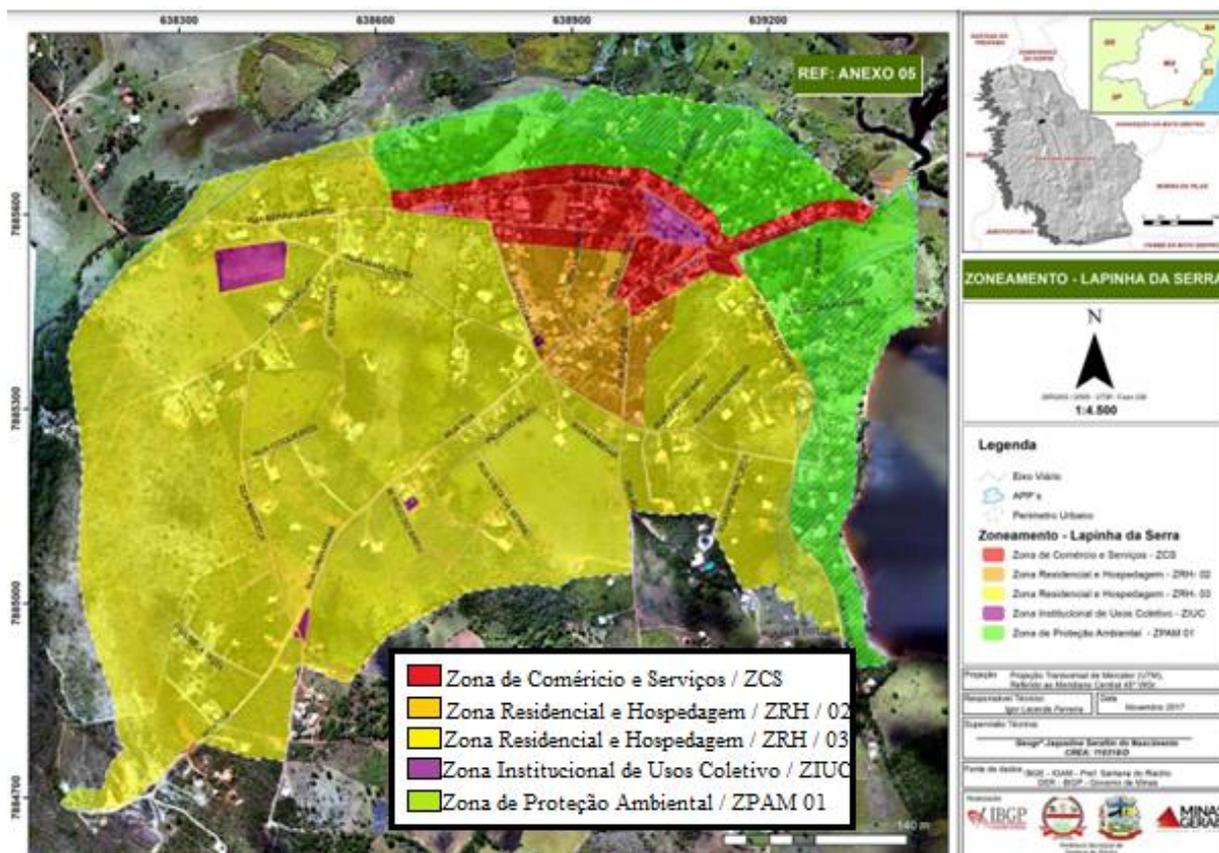
Tendo como parâmetro o número de casas existentes na época do estudo de Gontijo, este afirmou que havia “cerca de 80 moradias (dados de 2000), sendo que em torno de 50 delas moram os habitantes originais da vila e seus familiares. Ao final de 2002, os números correspondiam a 103 casas, sendo que os habitantes originais passaram a construir novas casas em seus terrenos para atender à demanda turística” (GONTIJO, 2003, p. 148). Atualmente o número de casas triplicou o que pode ser confirmado por um estudo de mestrado da área de arquitetura da UFMG, onde Braga (2018) fez o levantamento através de pesquisa de campo em grupo, onde a divisão de grupos cobriu toda a vila e, conseqüentemente deu o mapeamento de todas as casas, tendo o resultado de 317 construções (Tabela 1).

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade de casas</b>
Adobe aparente	19
Adobe revestido	24
Adobe apenas na fachada, muro ou detalhe	34
Adobe e alvenaria revestidos	13
Detalhe de alvenaria convencional imitando adobe	4
Alvenaria convencional rebocada	219
Alvenaria convencional não rebocada	2
Outra técnica construtiva	2
<b>Total</b>	<b>317 construções</b>

**Tabela 1:** Levantamento de número total de casas na Lapinha da Serra em 2018.

**Fonte:** Braga (2018 p. 60).

Foi identificada durante as buscas de dados para o presente trabalho uma incoerência de dados onde, em maio de 2019, foi recebido via e-mail da prefeitura para a autora, o relatório do cadastro de casas registradas e que são tributáveis, ou seja, pagam IPTU, ao qual se presume que a prefeitura não tem ciência de todas as construções existentes na vila, uma vez que o número é de 256 construções, sendo então menor do que o que consta no estudo de Braga (2018), realizado um ano antes. A divergência nos dados pode ser atribuída a falhas dos órgãos responsáveis pela fiscalização das construções na Lapinha. Por se tratar de uma região onde se encontra uma Unidade de Conservação, a normatização que regulamenta o uso da área é dada pelo alinhamento entre o Plano de Manejo da UC, o Plano Diretor, a Lei de parcelamento, a Lei orgânica municipal e a Lei de Uso e Ocupação do Solo da prefeitura. O ICMBio é o órgão gestor e responsável pela zona que se encontra dentro da APA Morro da Pedreira (zona de proteção ambiental, Figura 24), e o restante fica sob cuidados da prefeitura. A comunicação entre as duas instituições deve ser horizontal para que o desenvolvimento do município não seja prejudicado, não havendo conflito de informações para que a comunidade saiba agir e a quem procurar em circunstâncias de necessidade de anuência, como no caso das construções.



**Figura 24:** mapa de zoneamento da Lapinha da Serra - MG  
**Fonte:** Adaptado do Plano Diretor (LAPINHA DA SERRA, 2019).

O crescimento acelerado no número de obras da Lapinha teve e tem ligação direta com a demanda do turismo. Avaliando todo o contexto da vila, pode-se afirmar que sua estruturação física ocorreu de modo desordenado, visto que não houve planejamento lógico prévio ao qual pudesse avaliar a capacidade de carga suportada. Ferreira (2005) realizou um estudo onde verificou *in loco* a capacidade de carga da Lapinha até o mesmo ano, demonstrando o aumento gradativo do crescimento do número de turistas, leitos, moradores, estabelecimentos comerciais e de estilos de hospedagens, como se pode ver na síntese nas Tabelas 2 e 3 abaixo:

**Tabela: 1 - Quantidade de estabelecimentos e leitos disponíveis – S.R/MG**

<b>Estabelecimentos</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>Media</b>
Chalés	0	14	41	44	2,2 pessoas por Chalé
Pousadas	2	4	9	13	2,3 pessoas por quarto
Áreas de Camping	1	3	4	5	45 pessoas por área
Casas Veraneios	8	14	36	40	08 pessoas por casa
<b>Total de Leitos p/ os turistas</b>	<b>141,2</b>	<b>342,2</b>	<b>702,9</b>	<b>851,1</b>	

Fonte: Dados de Campo Jan/2011

\*Sete quartos por pousada

**Tabela 2:** Demonstração do aumento do número de estabelecimentos e leitos existentes na Lapinha  
**Fonte:** Ferreira (2005, p. 6).

**Tabela 2 - Quantidade de comércios, domicílios e moradores - Lapinha - S.R/MG.**

<b>Especificações</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Moradores locais	210	250	340	380
Comércio local	4	8	20	26
Domicílios locais	40	60	180	250
<b>Media estimada de turistas</b>	<b>50</b>	<b>800</b>	<b>2000</b>	<b>2200</b>

Fonte: P.M.S.R / MG

**Tabela 3:** Demonstração do aumento do número de moradores, comércios, domicílios e turistas na Lapinha  
**Fonte:** Prefeitura de Santana do Riacho, 2010.

Através da observação dos dados do autor, há a necessidade de um questionamento acerca dos números apresentados em 2010, onde a média estimada de turistas é 42,5% maior que o número de leitos existentes na Lapinha. A partir desse dado e do aumento gradativo se presume que atualmente esse cenário ainda deve existir, porém ambos os números são significativamente maiores, uma vez que no estudo em questão houve ainda a pavimentação de 36km da estrada que dá acesso à Lapinha, restando então apenas 12km de terra. Consequentemente veio a facilitação do acesso dos visitantes e interessados em comprar terra,

provocando o aumento dos impactos socioambientais na vila. Observa-se também que o número de moradores é muito inferior ao número de visitantes desde 2000, sendo importante mencionar que não foram encontrados durante a presente pesquisa o número de moradores referente ao ano de 2021.

Até o ano de Dezembro de 2010 eram 36 km de estrada não pavimentada que antes restringiam dificultando o acesso das pessoas em determinadas localidades. A partir da pavimentação em 2011 pode observar como aspecto negativo a possibilidade de dano ambiental dado pela ocupação gradativa dos povoados por aqueles que exploram sem controle as atividades turísticas. Inicialmente este processo se dá através de especulação imobiliária, com a compra das terras ou casas dos nativos estes que terminam normalmente expropriados dos locais de origem (FEREEIRA, 2011, p. 77).

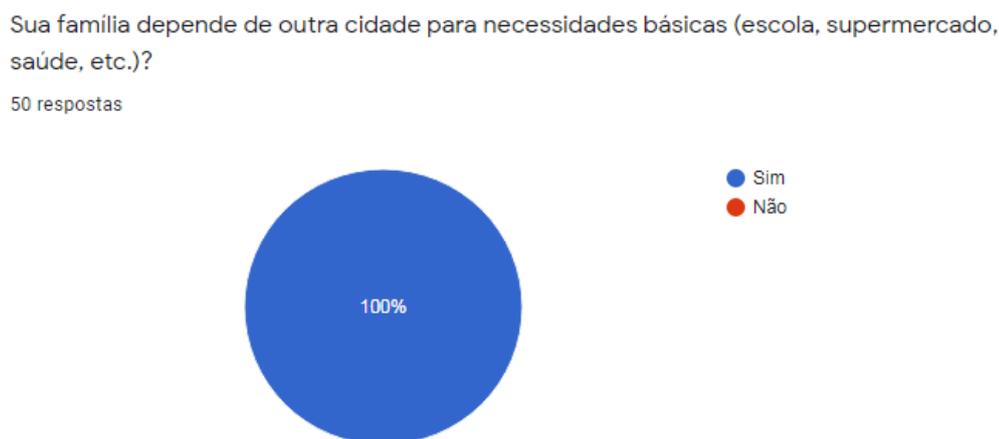
Desde a chegada do turismo na Lapinha já era previsto o potencial de crescimento e que a cidade, em si, não teria uma estrutura para satisfazer e levar qualidade de vida para os moradores locais, caso os órgãos públicos não se mobilizassem. Em sua tese, Gontijo (2003) exemplifica situações que demonstram a dificuldade encontrada no dia a dia dos moradores da Lapinha:

A precariedade no fornecimento de serviços reflete desde nas atividades corriqueiras de promoção da saúde, até em operações financeiras, utilização de cartórios, transporte de passageiros e situações afins. O cemitério municipal fica na sede municipal [...] O posto de saúde também fica na sede, constituindo-se em uma construção simples, com algumas salas servindo de ambulatórios e outras como consultórios. O atendimento se resume a pequenas ocorrências e os problemas mais graves são encaminhados para a RMBH, incluindo aí as complicações de parto. [...] O afluxo de turistas, acompanhado da chegada dos moradores de fim de semana, suscita o problema do saneamento básico e da geração, descarte, coleta e destinação do lixo [...] Os containers de Lapinha não são suficientes para a demanda dos fins de semana prolongados, o que faz com que o volume de lixo espalhado pelo vilarejo aumente consideravelmente durante esses períodos, o que chama a atenção de qualquer visitante (GONTIJO, 2003, p. 113-141).

Todas as problemáticas citadas em 2003 por Gontijo continuam atenuadas, uma vez que o número de moradores saltou junto ao crescimento do turismo. Nos feriados, especificamente, é realizada uma ação que se chama EcoBlitz e consiste na orientação aos turistas sobre as regras, leis e até mesmo questões de bom senso correlacionado ao respeito à população nativa. Essas blitz tem caráter educativo, porém mesmo com sua realização o cenário da Lapinha ao final desses períodos é sempre caótico na questão do lixo. Há latões de lixo espalhados pela cidade onde os turistas deixam suas sacolas, porém ao transbordar, esse lixo é descartado ao lado dos tambores no chão e remexido por animais, como cachorros e cavalos que ficam soltos pela cidade, gerando seu espalhamento. Com frequência é necessária a mobilização da comunidade para realizar ações de mutirão de limpeza pelas ruas.

Eventualmente os tambores de lixo são retirados e escondidos pelos próprios moradores, uma vez que o lixo fica todo espalhado na porta de suas casas e sem o tambor, lixo nenhum é descartado no local.

Há um bordão usado pelos estudantes e trabalhadores da área do turismo: “a cidade boa para o turista é aquela que é boa para seus moradores/cidadãos”. Foi perguntado aos entrevistados se eles dependem de outra cidade para terem suas necessidades básicas e 100% respondeu que sim, conforme demonstrado pelo gráfico da Figura 25.



**Figura 25:** Gráfico referente às respostas da pergunta 9 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Com esse resultado entende-se então que a cidade não traz até o ano presente, infraestrutura básica efetiva para os moradores. Atualizando os dados da pesquisa de Gontijo (2003), atualmente há uma construção, que pode ser considerada precária, que é denominada como posto de saúde, porém há atendimento somente nas quartas-feiras, para casos simples. Uma farmácia foi inaugurada em 2019 e nela constam serviços reduzidos, dentre eles os serviços bancários de uma instituição.

A escola da vila possui turma apenas para crianças de até 9 anos, acima dessa idade devem se deslocar para Santana do Riacho todos os dias; as mercearias possuem preços impraticáveis para trazer sustento a uma família; há policiamento somente em eventos, deixando a cidade vulnerável fora dessas datas; a internet é precária e não há sinal de nenhuma operadora telefônica; os comércios de alimentação, de forma geral, são elitizados devido ao público de fora, deixando então os moradores sem capacidade de consumo nos

mesmos, além desses há uma série de outros fatores que dificultam o cotidiano dos autóctones.

Como muitos serviços são buscados em outra cidade, há um transporte público denominado de “caroneiro”, que é um ônibus que possui seu traslado apenas às quintas-feiras às 6 horas da manhã e leva até Santana do Riacho, que fica há 12km em uma estrada de terra que constantemente se apresenta precária, e retorna às 16 horas. Com isso, os nativos que não possuem transporte próprio ou alguém que possa dar apoio nesse sentido e precisam programar um dia inteiro fora para conseguirem resolver suas questões, sendo assim não podem trabalhar naquele dia e, se for rápido o seu compromisso, devem passar o resto do dia na rua aguardando o horário de retorno. Para a escola há transporte todos os dias (ida e volta com horários definidos).

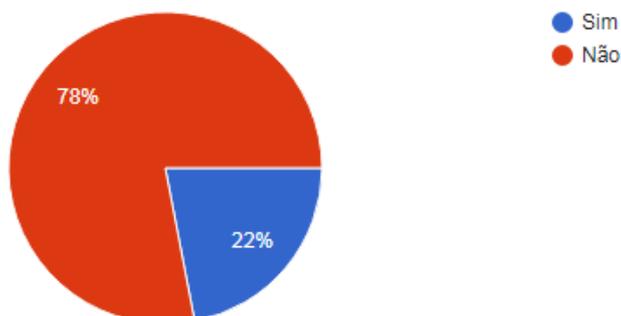
Igualmente não há estrutura básica para o morador, a Lapinha, embora seja referência no turismo de natureza, não apresenta infraestrutura advinda do setor público para melhorar a vivência do turista ao visitar a cidade. Percebe-se falta de sinalização nas trilhas, não há um centro de atendimento ao turista, a estrada de terra e as ruas da vila constantemente encontram-se esburacadas, há anos em que não são disponibilizadas verbas para os eventos e não há intervenções significantes dos órgãos públicos que tragam respaldos para a melhoria do turismo.

Agora, do ponto de vista da intervenção social, notadamente das políticas públicas e das ações que visam estimular e desenvolver o turismo em áreas rurais focalizando as pequenas comunidades, a questão a saber não é se haverá mudanças e impactos sobre o modo de vida das populações envolvidas, o que por certo ocorrerá. A questão pertinente a saber é como dever-se-ia agir e/ou intervir para que os resultados das transformações inexoráveis tragam resultados que sejam desejados e compartilhados pela coletividade (inclusive as minorias mais fragilizadas). Trata-se, na verdade, de alterar o vetor das relações do sentido vertical para o horizontal, que busca valorizar a sincronia entre o saber-fazer de quem oferece e de quem demanda (SCHNEIDER, 2006, p. 7).

Prosseguindo o contexto das entrevistas, foi perguntado aos autóctones se consideram que a prefeitura trabalha vislumbrando o turismo na cidade (Figura 26) e dos 50 entrevistados, 39 afirmaram que não e os 11 que responderam sim, disseram que essa preocupação começou somente a partir das eleições de 2020, com a nova gestão eleita. Durante a realização das entrevistas, pôde ser percebido que havia uma insatisfação com a gestão anterior e que existe uma grande expectativa com a atual.

A prefeitura trabalha vislumbrando o turismo na Lapinha?

50 respostas



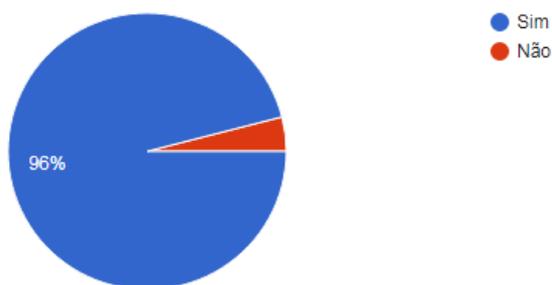
**Figura 26:** Gráfico referente às respostas da pergunta 23 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021

Em pequenas localidades como a Lapinha, a existência do diálogo constante entre a comunidade e a prefeitura é mais fácil de ser realizada devido ao número reduzido de habitantes. Para facilitar essa ponte de relacionamentos se faz importante a existência de uma associação que possa ser a representação da comunidade a fim de levar os anseios da mesma, garantindo a sua legitimação. Conforme já citado no capítulo II, em 2002 foi fundada a Associação de Amigos da Lapinha, que atuou levando melhorias e estudos para a vila durante muitos anos, porém atualmente está desativada, mas em processo de revitalização. Existem ações que com uma associação em atividade, podem promover a melhoria da qualidade de vida. Perante essa questão foi perguntado aos entrevistados se acreditam que a Associação em atividade faria diferença para o turismo (Figura 27), a fim de entender qual a percepção deles acerca dessa temática. 96% dos entrevistados acreditam que sim.

Acredita que uma associação comunitária em atividade faz diferença para o turismo?

50 respostas



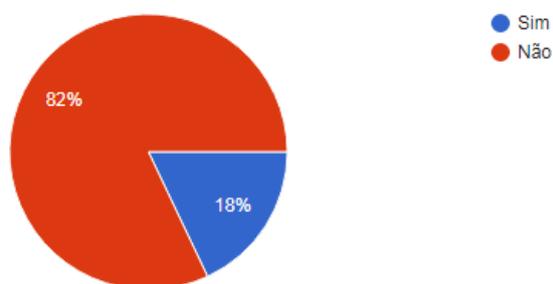
**Figura 27:** Gráfico referente às respostas da pergunta 25 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021

Quando a Associação estava em atividade eram promovidas muitas reuniões da comunidade como um todo para definir os planos de ação de modo democrático, mas o número de participantes sempre era simbólico. Foi perguntado também aos entrevistados se eles participam de reuniões como essas que tem interesse em discutir sobre a cidade (Figura 28) e 82% dos entrevistados respondeu que não. Dos 18% que responderam que sim, afirmaram que participam de vez em quando e, apenas o entrevistado 17, de 36 anos e técnico em turismo, afirmou ir a todas. Com esse resultado e com a vivência da autora, pode-se afirmar que os autóctones querem que exista uma associação, mas não querem que a mesma seja constituída apenas por forasteiros, bem como não querem participar da mesma, o que tem dificultado a sua ativação.

Você participa de reuniões que acontecem nos locais públicos para discutir sobre a cidade?

50 respostas



**Figura 28:** Gráfico referente às respostas da pergunta 24 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021

A principal queixa que pode ser percebida durante as entrevistas dos moradores da Lapinha com relação ao número de turistas, além da questão do lixo, foi a questão do saneamento básico e distribuição de água da comunidade.

Exacerba-se o problema da inadequação do atual sistema de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água em Lapinha. [...] A lagoa da Lapinha não recebe qualquer tipo de descarga direta de esgoto, mas recebe toda a água que escoar pelo vilarejo. Se há lixo espalhado pelo arruamento e quintais, mais cedo ou mais tarde ele acaba chegando até o espelho d'água [...] Todo o sistema de esgotamento sanitário, tanto em Lapinha como em outras localidades da Serra do Cipó, resume-se à construção de fossas negras, raras fossas assépticas, ou ao descarte direto, via tubulações, na natureza (GONTIJO, 2003, p. 140-145).

O cenário do ano presente é o mesmo do encontrado por Gontijo em 2003, todavia vale mencionar que, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 39,6% do município possuía esgotamento sanitário adequado, sendo que não há especificada a porcentagem referente à Lapinha, por si só, e nem à evolução do dado nos anos seguintes.

O aumento descontrolado do número de construções implica no aumento da capacidade de carga da Lapinha e traz como consequência impactos na questão do saneamento básico e da água. É frequente, em finais de semana e feriados, ver casas recebendo um número muito maior de turistas que o suportado, o que por ocasiona a falta de água.

A caixa d'água existente tem capacidade para 20000 litros e recebe, por gravidade, a água que desce do córrego do Breu e que é desviada a jusante da cachoeira Paradise e pouco antes do Boqueirão. Além dos entupimentos constantes na caixa de captação (um rego que corre a céu aberto e cuja entrada do encanamento é protegida por uma grade rudimentar), a água captada é freqüentada, a montante, por gado e banhistas que temem em descumprir as advertências para não nadar acima da captação. O tratamento resume-se a uma fração de água sanitária periodicamente adicionada no reservatório. Por último, a rede de distribuição é mal dimensionada, fazendo com que a água não chegue nos últimos receptadores quando a demanda é grande (e.g. um fim de semana mais freqüentado). Tal precariedade do sistema de águas do povoado só faz aumentar o risco de contaminação, tanto das águas superficiais como das subterrâneas. (GONTIJO, 2003, p.145)

No ano presente, a Lapinha já conta com uma segunda caixa d'água de 20.000 litros, porém o restante do que Gontijo (2003) relatou ocorre exatamente da mesma forma, apenas uma pessoa contratada pela prefeitura é responsável por realizar o racionamento da água. Como o volume da água a ser distribuída depende do fluxo do córrego, a cidade apresenta problemas sérios de abastecimento nos períodos de seca, que são caracterizados pela diminuição do volume das chuvas. Tendo em vista essa precariedade, quanto maior o número

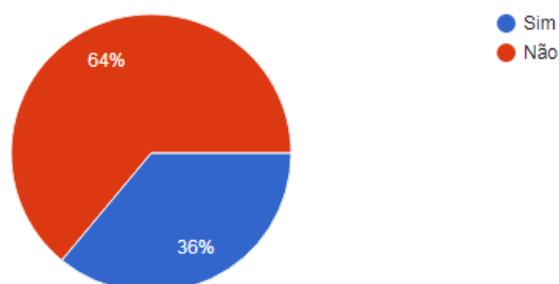
de casas construídas e o excesso de turistas, maior o volume necessário de água e, conseqüentemente no cenário em que se encontra, o problema do abastecimento necessita de atenção, sendo considerado uma questão urgente para efetivação deliberada aos órgãos responsáveis.

Segundo Ferreira (2005), a falta de planejamento evidente em diversos âmbitos no processo acelerado de turistificação da Lapinha demonstra que não há uma preocupação para que a população e o meio ambiente sofram o mínimo de interferências, e essa inconseqüência é gerada em conseqüência dos interesses econômicos que, no caso da vila, são colocados em primeiro lugar quando se fala na exploração do turismo. Fica evidente a necessidade de atenção de todos os setores que podem ser responsáveis pela correção ou melhoria dos efeitos negativos do turismo.

Conforme discorrido durante todo o capítulo III, pode-se afirmar que o crescimento da Lapinha apresenta uma dualidade, uma vez que leva o aumento da qualidade de vida em alguns quesitos e em outros, diminui. Com isso, foi perguntado aos entrevistados se gostariam que a Lapinha crescesse ainda mais ou se não (Figura 29) e dos 50 entrevistados, 32 responderam que não e 18 responderam que sim. O questionamento foi realizado a fim de entender se os autóctones gostam ou não desse processo que faz parte de suas vidas, as respostas, assim como outras mencionadas acima, tiveram uma característica semelhante de acordo com a faixa etária dos entrevistados. Os mais velhos, em geral, não querem que a vila cresça mais, e os mais jovens querem. A este resultado pode ser atribuído o fato de os mais jovens já terem crescido com a globalização, que gerou a eles a possibilidade de acesso a informações e realidades diferentes, ao contrário dos mais velhos, que se sentem confortáveis com a vida mais simples devido ao fato de não terem contato frequente com outras realidades.

Gostaria que a Lapinha crescesse ainda mais?

50 respostas



**Figura 29:** Gráfico referente às respostas da pergunta 28 (apêndice I) da entrevista

**Fonte:** dados da pesquisa, 2021

Tendo sido apresentados, então, os gráficos das perguntas consideradas mais importantes, bem como discorrido acerca de inúmeras problemáticas necessárias para resultar no entendimento da temática e dos objetivos gerais e específicos do presente trabalho, dá-se fim ao terceiro capítulo partindo para as considerações finais, onde se obtém a reflexão de todos os dados desta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se que a constituição social dos territórios se dá, então, através das relações que os indivíduos e grupos humanos neles estabelecem. Essas relações no território abarcam conflitos, interesses, convergências e relações de poder. Desse modo, conhecer as particularidades e conflitos dos moradores da Lapinha é importante para compreender seus próprios anseios, suas dificuldades e seus modos de ser perante a atividade turística, podendo analisar também as especificidades das políticas que favoreçam estas pessoas.

A atividade turística está erroneamente associada apenas ao setor econômico e à possibilidade de desenvolvimento das localidades. Antes mesmo de se planejar o turismo, é coerente que os moradores se sintam incluídos em mudanças favoráveis na participação efetiva neste meio.

Pretendeu-se com esta pesquisa analisar o crescimento turístico da Lapinha, e como este alterou o modo de vida da população que, anteriormente a este fenômeno não possuíam a devida estruturação básica para a sobrevivência, como por exemplo a captação de água potável. Além deste acontecimento, preocupa-se também com a manutenção das tradições, bem como a ideologia de crescimento focada excepcionalmente no turismo, deixando as tradições em segundo plano. Maia (2012) ressalta que para minimizar os impactos do turismo é necessário primeiramente repensar em um planejamento municipal, fomentando um código de postura.

Para que este estudo não se limitasse a teoria, buscou-se junto aos entrevistados caracterizá-los, saber o que fazem, como se veem em meio à prática do turismo, como se relacionam e como se inserem no mercado de trabalho, tendo como referência o vilarejo onde residem, podendo então chegar a algumas conclusões como: o turismo foi responsável por marcar a transformação da realidade de vida dos autóctones em diversos âmbitos. Pôde-se perceber que o mais importante na visão dos autóctones foi e é a questão financeira, pauta essa que dinamizou suas vidas, trouxe emprego e aumentou seu poder de compra. Entretanto, à chegada do turismo atribui-se também a perda emblemática da identidade cultural onde, por meio da troca de cultura e motivos como estigma, a população foi deixando de lado seus costumes para dar espaço a uma Lapinha globalizada e a cada dia com mais diversidade cultural, tendo em vista que a cidade apresenta um número grande de visitantes que vem de todos os lugares e deixam um pouco de si quando em contato com os moradores.

A pesquisa apontou que os impactos ambientais interferem diretamente na qualidade de vida da população e que a maioria deles tem relação com a falta de planejamento urbano e turístico dos órgãos públicos, principalmente com relação ao uso e transformação do solo.

A limitação da pesquisa se deve à dificuldade de encontrar referenciais teóricos que falassem sobre o mesmo objeto de pesquisa. Em diversos pontos foram utilizados referenciais que abordaram contextos semelhantes, porém o trabalho poderia ter se apresentado mais completo caso existissem mais estudos sobre a Lapinha.

Devido ao histórico da autora com a localidade, há um conhecimento vasto sobre temas que não puderam ser abordados devido à falta de conteúdo disponibilizado na internet. Além dessas, houve apenas a dificuldade durante o processo de realização das entrevistas relacionada a desconfiança dos autóctones, que em sua maioria não possuem entendimento acerca da importância de trabalhos científicos e acreditam que as informações por eles dadas possam ser de certo modo prejudiciais a eles. Apesar desse fato, foi possível obter uma amostragem significativa de 50 entrevistados.

Para tanto, a importância de continuação desta pesquisa se deve ao fato de que a Lapinha está em constante processo de *turistificação* desde a década de 90 e todos os impactos citados podem ser ainda mais intensificados, caso não sejam realizadas medidas de conscientização que busquem gerar o ordenamento da estruturação urbana e turística da vila, tendo em vista o número de terrenos ainda vagos em processos de compra e venda, bem como a divulgação da vila devido à sua beleza cênica, sendo encontrada em veículos grandes de informação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

\_\_\_\_\_. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. **Turismo**. Desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999, p. X-Y. ABREU, M. J. P.; PINHEIRO M. R. **Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação**. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. WWF-Brasil. 2012.

ANSARAH, Marília G. R (Org.). **Turismo: Como Aprender, Como Ensinar**. vol.2. 3. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BARROS, Nomes; BARBOSA; Rosangela Alves; Ronaldo dos Santos. **Unidades de conservação: um estudo sobre os impactos ambientais resultantes da extração de madeira na reserva biológica do Gurupi-MA**. Revista de Geografia e Interdisciplinaridade – Inter espaço; Grajaú/MA v. 1, n. 2 p. 270-292 jul./dez. 2015.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2008.

BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado - História Social).

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. (Trad. Jaely Batista.). Bauru SP: EDUCSC, 2002.

BRAGA, Samara Luíza Amâncio. **Arquitetura Vernácula: Registro e Análise do Uso do Adobe em Lapinha da Serra, Santana do Riacho, Minas Gerais**. UFMG – Escola de Arquitetura. Belo Horizonte, 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 4.340**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CANDIDO, Jeferson José. **Turismo e Impactos Socioambientais: Uma Proposta de Gestão Pública sob o Prisma da Sustentabilidade para a Ilha de Itamaracá – Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco – PB. PRODEMA - Recife, 2017.

CORDEIRO, Erika Dias. **O Turismo como fomentador da configuração espacial do município de Ouro Preto: O novo distrito de Lavras Novas**. Revista de Cultura e Turismo - CULTUR, ano 02 – n. 02 – jul/2008.

CRISTOVÃO, Nome; PEREIRO, Artur Xerardo. Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: “**Turismo Rural em Tempos de Novas Ruralidades**” Chaves (Portugal), 25-27 de junho de 2012.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

EAGLES, Paul F. J.; MCCOOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. **Sustainable Tourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management**. IUCN – The World Conservation Union. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 8. 2002.

EL-GUINDY, M. M. **Metodologia e ética na pesquisa científica**. São Paulo: Ed. Santos, 2004

ELIAS, Norbet; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994/2000.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapecerica – Minas Gerais**. Biblioteca Central da UFLA. Lavras, 2005.

FIGUERÔA, J. M.; RAMOS, E. M. N. F.; ARAÚJO, E. L. de. **Gestão de Unidades de Conservação**. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Recife: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; D-EaD - Diretoria de Educação a Distância, 2009. 94 p.

FORTUNATO, R. A; SILVA, L. S. Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM). *Revista de Cultura e Turismo*, v. 5, n. 2, p. 85-100. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.

GOMES, Jones da Silva. Impactos do turismo na identidade cultural. Impacts of tourism on cultural identity. *Revista científica Exedra*, n.7, p. 22, 2013.

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/ MG - O caso de Lapinha**. Tese (Doutorado em...) Brasília, D.F: Universidade de Brasília, Centro de desenvolvimento sustentável, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santana-do-riacho/panorama>. Acessado em 14 de Abril de 2021.

ISSA, Yara Silvia Marques de Melo; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Processos de Turistificação: Dinâmicas de inclusão e exclusão de Comunidades Locais**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, 236p. ISBN 85- 200-0046-0

KUDE, Vera Maria Moreira. **Textos de Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Psicologia, 2002.

LAGE, B. G.; MILONE, P. C. **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3 edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LICKORISH, Leonard J. **Introdução o turismo**. Trad.Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAANEN, J. v. Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research: A Preface. *Administrative Science Quarterly*, v. **24**. p. 520-526, 1979.

MAIA, Daniel Medeiros. Um Estudo Diagnóstico Sobre os Impactos Ambientais do Turismo sobre a Orla Fluvial de Cachoeira Dourada de Minas. *Caminhos de Geografia*, v. **13**, n. ?, p. 293-306, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2003.

OLIVEIRA, Flávia Moura de. **ESPAÇO, LUGAR, IDENTIDADE E URBANIZAÇÃO: conceitos geográficos na abordagem do Turismo**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

OLIVEIRA, W. A. **Turismo, unidades de conservação e inclusão social: Uma análise da Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC) e Área de Proteção Ambiental Jenipabu (APAJ), RN**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo cultural. Uma visão antropológica. *Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*.v. *¿*, n. *¿*, p. x-y, 2009.

PHILLIPS, Adrian. **Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas Protected Landscapes/Seascapes**. IUCN - The World Conservation Union/ Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 9. 2002.

PORTUGUEZ, A. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e Pesquisa Científica: Pensamento Internacional x Situação Brasileira.** Campinas (SP): Papirus, 2000.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia.** 11a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 19, p. 219-242, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p

SCHNEIDER, Sérgio. **Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas.** Capítulo do livro Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão. Brasília, Ministério do Turismo, 2006.

SECAF, V. **Artigo científico: do desafio à conquista.** 3a ed. São Paulo: Green Forest do Brasil; 2004.

SEQUEIRA, Alexandre Romariz. **Entre Lapinha da Serra e o Mata Capim. Fotografia e relações de trocas simbólicas.** Escola de Belas Artes, UFMG. Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Nome; SANTANA Júlio Rosa da. **Modelagem dos Processos Críticos da Área Meio do Parque Nacional da Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira.** Ciclo de Formação e Gestão ICMbio, Santana do Riacho, MG, 2013.

SOUSA, C. D. S. S.; SOUSA, S. C. S.; ALVARES, A. M. **Diretrizes Normativas para o Saneamento Básico no Brasil.** Caderno de Geografia, Maranhão, v.25, n.43, 2015, pg. 102-115, 2015.

SOUZA, Guilherme Debeus Costa e. **Turismo Sustentável Como Alternativa de Desenvolvimento e Conservação do Meio Ambiente em Picãozinho – Município de João Pessoa – PB.** (Dissertação) PRODEMA UFPB: João Pessoa, 2008.

SOUZA, José Agostinho Barbosa de. Os Impactos Socioambientais do Turismo nas Comunidades Receptoras: Reações de Adaptação. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 4, n. I, p.4-14, 2012.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: AUTOR. **Geografia: conceitos e temas.** Cidade: Editora, ano, p. X-Y.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental.** vol.1. São Paulo: Aleph, 2000.

THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global.** 2. ed. Traduzido por: Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC, 2002. Tradução de: Global Tourism.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10<sup>o</sup> Ed. São Paulo: Atlas. 2006.

## APÊNDICES:

### Apêndice I: Questionário - Entrevista

**Questionário:** O panorama do crescimento do turismo em Lapinha da Serra, povoado de Santana do Riacho /MG e seu reflexo socioambiental.

**Monografia:** Olivia Cerri

**Orientador da pesquisa:** Bernardo Machado Gontijo

#### Características Gerais

1. Idade
  2. Escolaridade
  3. Sexo
4. Há quanto tempo reside na Lapinha?
- 
5. Sempre possuiu energia elétrica em sua casa?
- a) Sim  
b) Não
6. Sempre obteve água em casa?
- a) Sim  
b) Não
7. A Lagoa e as cachoeiras foram um meio de obtenção de água da sua família (antes do encanamento)?
- a) Sim  
b) Não
8. Sua família dependente de outra cidade em correlação a empregabilidade?
- a) Sim  
b) Não
9. Sua família depende de outra cidade para as necessidades básicas (supermercado, escola, saúde, etc)?
- a) Sim  
b) Não
10. Sua renda depende do turismo?
- a) Sim  
b) Não
11. Se a resposta for não sua renda se baseia em qual atividade?
- 
12. Algum parente que reside na Lapinha tem o turismo como renda principal?
- a) Sim  
b) Não  
c) Todos  
d) Quase todos
13. Você considera o custo de vida na Lapinha:
- a) Alto  
b) Baixo  
c) Justo
14. Você considera que o turismo influenciou a cultura e/ou nos modos das pessoas da Lapinha?
- a) Sim  
b) Não
15. Se sim, qual fora a influência? Foi positiva ou negativa?

16. A estrutura básica (acesso à internet, luz, posto de saúde, escola, etc.) ofertados na Lapinha, possui relação com a chegada do turismo?

- a) Sim  
b) Não

17. A Lapinha depende economicamente do turismo?

- a) Sim  
b) Não

18. Na resposta acima se sim, por quê?

---

19. Sente vontade de voltar para os tempos em que não existia turismo na Lapinha?

- a) Sim  
b) Não

20. Por que sente ou não vontade de voltar?

---

21. O crescimento da Lapinha se deu de maneira:

- a) Ordenada  
b) Desordenada  
c) Meio termo

22. A responsabilidade de organizar o turismo na Lapinha é da(o):

- a) Prefeitura  
b) Associação  
c) Empresários  
d) Nativos  
e) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

23. A prefeitura trabalha vislumbrando o turismo na Lapinha?

- a) Sim  
b) Não

24. Você participa de reuniões que acontecem nos locais públicos para discutir sobre a cidade?

- a) Sim  
b) Não

25. Acredita que uma associação comunitária em atividade faz diferença para o turismo?

- a) Sim  
b) Não

26. Se sente confortável em saber que a Lapinha é uma referência no turismo?

- a) Sim  
b) Não

27. Por quê?

---

28. Gostaria que a Lapinha crescesse ainda mais?

- a) Sim  
b) Não

29. Por quê?

---

## Apêndice II: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**UFOP**  
Universidade Federal  
de Ouro Preto



DEPARTAMENTO DE TURISMO UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

DEPARTAMENTO DE TURISMO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar de um estudo denominado O diagnóstico do panorama do crescimento do turismo e do número de proprietários novos na última década na Lapinha da Serra, povoado de Santana do Riacho, Minas Gerais, e seu reflexo socioambiental. A sua inserção no referido estudo será por meio de participação em entrevista, cujos temas e assuntos estão correlacionados ao Vilarinho Lapinha da Serra. As informações obtidas nesse estudo são confidências, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar e/ou responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão. Sua participação é muito importante e voluntária. Você não terá nenhum gasto e não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. Os resultados desta pesquisa servirão para elaboração de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Sendo assim você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou qualquer momento. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao investigador para esclarecimento de eventuais dúvidas. Olívia Cerri, tel.: 31 97569-3445; e-mail: olivia\_cerri@yahoo.com.br. Para dúvidas éticas consulte o comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, sediado na Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Federal de Ouro Preto, Campus Universitário Morro do Cruzeiro, Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, sala 29, CEP 354000-000, Ouro Preto – MG, Brasil, Telefone (31) 3559-1368, e-mail: ccp@propp.ufop.br.

Lapinha da Serra, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

**Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo**

---

Assinatura do Participante / RG

Assinatura da Pesquisadora: Olívia Cerri